

Revista 
Aeronáutica

2011

Número 274



Não queremos mudar o mundo,
apenas sua maneira de voar.



Alguns olham o globo e veem o Velho Mundo e o Novo Mundo. Outros veem recursos, alianças ou mercados. Quando olhamos o mundo, vemos pessoas, cada uma com sua história, sonhos e aspirações. Pessoas prontas a se deslocarem a algum lugar para onde somente o voo pode transportá-las da forma mais confortável, segura e produtiva. Somos a Embraer, uma empresa global que desenvolve aeronaves e tecnologias inovadoras para os mercados de aviação comercial, executiva e de defesa. Acreditamos que as pessoas merecem uma melhor maneira de voar. É por isto que estamos sempre aprimorando nossos produtos: para voarmos sempre à frente.

Presidente

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

1º Vice-Presidente

Maj Brig Ar Márcio Callafange

2º Vice-Presidente

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

3º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira



Expediente

Jan./Fev./Mar.

2011



www.caer.org.br
revista@caer.org.br

DEPARTAMENTOS

Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Social

Cel Av Paulo Fernandes da Silva

Administrativo

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Patrimonial

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo

Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Desportivo

Ten Cel Av Antonio Vianna Jordão

Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Informática (Assessor)

Cel Av José Mauro Rosa Lima

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Social

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

Sede da Barra da Tijuca

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Adjunto da Administração

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Adjunto Financeiro

Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Assessora Especial da Superintendência

Loreta Helena Valério Alves

Sede Lacustre

1º Ten QOE Sebastião José Ferreira

Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

CHICAER

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Expediente do CAER (Sede Social)

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Social

Praça Marechal Âncora, 15

CEP 20021-200 - Rio de Janeiro - RJ

• Tel.: (21) 2210-3212

• Fax: (21) 2220-8444

Sede da Barra da Tijuca

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

CEP 22793-710 - Rio de Janeiro - RJ

• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1

CEP 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ

• Tel.: (22) 2662-1510

• Fax: (22) 2662-1049

Presidente do Conselho Deliberativo

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

Presidente do Conselho Fiscal

Brig Int João Carlos Fernandes Cardoso

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Lídia Albuquerque

Secretária de Redação

Luciene Ribeiro

Estagiária

Paula Araújo

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Hélices em manutenção
no Parque de Material
Aeronáutico do Galeão
(PAMAGL) - RJ

Índice

- 5** 65º ANIVERSÁRIO DO CLUBE DE AERONÁUTICA
Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
- 8** AERONOTÍCIAS
A Redação
- 12** O AERODESPORTO E O CLUBE DE AERONÁUTICA
Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes
- 14** POLÍTICA NACIONAL E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS
Ives Gandra da Silva Martins
Advogado
- 17** CUIDADO! ESTAMOS DE OLHO!
Uma visão diferente do caso WikiLeaks
Roberto Machado de Oliveira Mafra
Cel Cav
- 18** DIPLOMACIA PARTICIPATIVA
Jerônimo Moscardo
Embaixador
- 20** BRASIL E CHINA
A espetacular ascensão econômica de duas potências
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
- 22** O NOSSO MURO DE BERLIM
Sandra Cavalcanti
Jornalista
- 24** A CRISE DE LIDERANÇA ESTADUNIDENSE
Reis Friede
Desembargador Federal
- 26** O PAPEL, A SOBREVIVÊNCIA E O PRIVILÉGIO DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS
Luiz Felizardo Barroso
Advogado
- 28** GESTÃO GOVERNAMENTAL: Heranças, Constatações e Preocupações do Brasil 2011
Afonso Farias de Sousa Júnior
Cel Int
- 30** A NOTÍCIA NA MIRA DOS POLÍTICOS
João Victorino
Jornalista
- 32** MINISTÉRIO DA DEFESA: a mudança de Paradigma
Maj Brig Ar Antônio Luiz Rodrigues Dias
- 34** RIO 2011 - 5º JOGOS MUNDIAIS MILITARES DO CISM
Paula Araújo
Redação
- 35** PRIMEIRO JOGOS MUNDIAIS DE CADETES
Roberto Hippolyto da Costa
Guarda-Marinha
- 36** UMA MISSÃO DE ROTINA
Brig Ar Paulo Coutinho de Assis
- 38** UMA ESTÓRIA QUE AINDA NÃO FOI ESCRITA!
Ivan Von Trompowsky Douat Taulois
Cel Av
- 41** PROCURA-SE UM AVIADOR
Autor desconhecido
- 42** TURMA CAMPO DOS AFONSOS – Jubileu de Ouro
Renato Lamounier
Cel Av
- 44** A INTELIGENCIA MUSICAL
João Nunes
Pianista e Maestro (1877-1951)
- 46** UM ADEUS PARA TONINHO
Diolásia de Lima Cheriegate
Jornalista
- 48** O SENTIDO DA VIDA
Pe. Geraldo Bellocchio
Filósofo e Teólogo
- 50** DIRSA TEM NOVO DIRETOR
Soraia Cardoso da Silva
Jornalista



Primeira sede do
Clube de Aeronáutica

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
Presidente do Clube de Aeronáutica

65º ANIVERSÁRIO DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Quem me conhece sabe que sou um ouvinte e leitor atento de histórias e estórias, além de “devorador de biografias” de pessoas que se projetaram no contexto nacional e internacional, nos campos políticos, militar, econômico e social. No campo aeronáutico, então, chego ao exagero.

Sem falsa modéstia, julgo que sou um dos que mais conhecem o honroso caminho percorrido pela aeronáutica militar brasileira, desde os tempos da aviação naval e da aviação militar, das quais nascemos em janeiro de 1941.

Mais do que dos livros, arranquei histórias no convívio pessoal com alguns dos pioneiros com quem tive o privilégio de conviver.

Hoje, na Presidência do Clube de Aeronáutica, não faço por menos, aproveitando-me do contato com a “velha guarda” e ouvindo sobre os “áureos tempos” em que a média de idade dos frequentadores era a metade da atual.

Por muitos anos afastado do Rio de

Janeiro, dele apenas recordava de um almoço “político” do qual minha turma participou, ainda Aspirantes, e do meu Baile do Aspirantado.

Mais tarde, participei do lançamento, pela CHICAER, do empreendimento Mandala, eis que minha filha ansiava participar do seu lançamento na tentativa de estabelecer a sua moradia própria, recém-casada que se encontrava.

Durante muitos anos os Aspirantes eram “compulsoriamente” convidados a associar-se ao Clube e o faziam como o primeiro ato político de suas vidas profissionais.

Em 1941, logo depois da criação do Ministério da Aeronáutica, criou-se uma Comissão Organizadora para fundação do Clube. O Diário de Notícias da época noticiou (sic):

“A FUNDAÇÃO DO CLUBE DE AERONÁUTICA”

Outro acontecimento do dia de ontem, como parte das comemorações da

Semana da Asa, foi a fundação do Clube Aeronáutico pelos oficiais da Força Aérea Brasileira.

A reunião da instalação realizou-se na Sede do Aero Clube do Brasil com grande concorrência. Abrindo os trabalhos, o Coronel Neto dos Reis em breves palavras explicou que o Clube Aeronáutico seria para os oficiais aviadores o mesmo que representam para o Exército e para a Marinha, os Clubes Militar e Naval. A sua finalidade será a de congregar todos os oficiais da FAB no sentido de estabelecer entre todos a mais íntima camaradagem e de trabalhar pelo progresso da aviação militar no Brasil. Por indicação da assembléia, formou-se uma mesa diretora, presidida pelo Coronel Amílcar Pederneiras, Diretor da Aeronáutica Militar, e secretariada pelo Coronel Pinheiro Andrade, Comandante da Escola de Especialistas do Galeão. Em seguida, procedeu-se à eleição para a constituição de uma diretoria provisória, a cargo da qual, ficará a elaboração dos estatutos da nova entidade.

Feita a votação, apurou-se o seguinte resultado: Presidente, Coronel Eduardo Gomes, Vice-Presidente, Tenente Coronel Henrique Dyott Fontenele; 1º Secretário, Major Clóvis Travassos; 2º Secretário, Major Henrique Fleiuss; 1º Tesoureiro, Coronel Pinheiro Andrade; 2º Tesoureiro, Major Fernandes Barbosa.

Elegeram-se também o Conselho Diretor, que ficou assim constituído: Brigadeiro do Ar Armando Trompowsky; Coronel Amílcar Pederneiras e Fernando Vitor do Amaral Savaget; Tenentes Coronéis Fábio Sá Earp e Netto dos Reys; Majores Orsine Coriolano e Guilherme Telles Ribeiro; e o Capitão Antônio Proença.

Ao encerrarem-se os trabalhos o Major Ismar Brasil propôs e foi aprovado um voto de louvor ao Coronel Pederneiras, pelo modo eficiente como orientou a sessão de instalação.

O Coronel Pederneiras agradeceu a distinção que lhe era conferida e aproveitando a oportunidade, expressou os agradecimentos de todos os presentes ao Aero Clube do Brasil, na pessoa do seu Presidente, Coronel Dias Costa, pela cessão da sede para a fundação do Clube Aeronáutico”.

Temos um livro que registra a presença de 84 oficiais da Aeronáutica recém-criada, onde avultam nomes de gente com quem ainda convivi em 1949, pioneiro da EPCAR.

Alguns deles:

- GERVÁSIO DUNCAN DE LIMA RODRIGUES
- GABRIEL GRUM MOSS
- ISMAR PFALTZGRAFF BRASIL
- REINALDO DE CARVALHO FILHO
- LISIAS AUGUSTO RODRIGUES
- ADIL DE OLIVEIRA
- DIONISIO CERQUEIRA TAUNAY
- CLÓVIS MONTEIRO TRAVASSOS
- AJALMAR VIEIRA MASCARENHAS
- HENRIQUE DYOT FONTENELLE
- FÁBIO DE SÁ EARP
- MARTINHO CÂNDIDO DOS SANTOS
- OSVALDO PAMPLONA PINTO



Oficiais fundadores do Clube de Aeronáutica

- HORÁCIO MONTEIRO MACHADO
- EDUARDO GOMES
- VASCO ALVES SECO
- JOSÉ VICENTE DA FARIA LIMA
- ANTONIO APEL NETTO
- HENRIQUE FLEIUSS

Depois, com a 2ª Guerra Mundial, as atenções foram todas direcionadas para o aprestamento da Força Aérea Brasileira e suas responsabilidades com a gerência do emergente Poder Aeroespacial, “uno e indivisível”, com os cinco campos que o constituíam.

Finalmente, em 5 de agosto de 1946 consumou-se a fundação do Clube de Aeronáutica. Da ata de fundação extraio:

1 – A primeira reunião foi realizada na Sede do Clube Militar (Av. Rio Branco 251).

2 – Os oficiais reuniram-se a convite do Major Brigadeiro Armando Figueira Trompowsky de Almeida, Ministro da Aeronáutica, com a finalidade de eleger uma comissão para fundar e organizar o Clube de Aeronáutica.

3 – O Ministro Trompowsky foi convidado para presidir a Assembleia.

4 – Compareceram 314 oficiais.

5 - O Presidente fez o seguinte discurso de instalação (sic):

“Senhores. Estamos aqui reunidos em torno de uma idéia, que ansiamos corporificar. Não é nova como sabeis a intenção de criarmos o Clube de Aeronáutica.

Em 1941 foi lançada a primeira tentativa, mas foi também nessa época que nossas preocupações decorrentes da situação internacional começaram a nos absorver completamente em proveito dos altos interesses da nossa Pátria. Não se pode deixar de reconhecer que a semente germinou; a nossa presença aqui é, sem dúvida, uma prova disso. Trata-se de instalar o Clube de Aeronáutica, um lugar comum a mais, que nos congregue também quando fora de nossas atividades. Com essa compreensão aceitei presidir a abertura desse conclave. Vi no vosso convite a gentileza do apreço ao companheiro mais antigo que um pouco antes de vós ansiou pelo progresso da Aviação passando pelas mesmas etapas que hoje atravessais.

A vida é assim, meus camaradas; as gerações se vão sucedendo, recebendo as que chegam, podeis crer, um legado cheio de sacrifícios as asperezas dos que na sua frente caminham. Debaixo do conceito que o Clube virá reunir ainda mais a família aeronáutica, ajudará a formar a tradição de glórias e respeito, contribuirá para reforçar o nosso sentimento de cooperação, atenderá a uma irmanação de propósitos com nossos camaradas do Exército e da Marinha, eu vejo com simpatia a sua instalação e prevejo o seu progresso. Com o mesmo sentimento de apreço agradeço na qualidade de mais antigo, a vossa presença que traduz bem os caracteres de boa formação de uma classe que repele pelo

respeito de uma legítima compreensão o que abastarda e mesquinha.

Está instalado o Clube e com isso eu convosco me congratulo”.

A partir daí uma Comissão Organizadora encarregou-se de elaborar estatuto, regulamento, estrutura de funcionamento, etc. Em 15 de julho de 1947 realizou-se a 1ª Assembleia Geral Ordinária, no Clube Militar gentilmente cedido pela sua Diretoria, para eleger a primeira Diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente – Maj Brig Fábio de Sá Earp

1º Vice-Presidente – Brig Henrique Dyot Fontenele

2º Vice-Presidente – Ten Cel Miguel Lampert

1º Secretário – Maj Av Dionísio Cerqueira de Taunay

2º Secretário – Maj Av Aldacyr Ferreira e Silva

1º Tesoureiro – Cel Int Manoel Narciso Castelo Branco

2º Tesoureiro – Maj Av Paulo Sobral Ribeiro Gonçalves

Departamento Beneficente – Brig Armando Pinheiro de Andrade

Departamento Técnico-Cultural – Cel Luiz Felipe Perdigão Medeiros da Fonseca

Departamento Desportivo – Cap Flávio de Souza Castro

Departamento Facilidades – Cap Rui Barbosa Moreira Lima

Departamento Econômico – Ten Cel Luiz Peres Moreira

Departamento Imobiliário – Cel Antonio Sanromã

Departamento Recreativo – Cap Ubiratan Favilla

E mais 30 Conselheiros, efetivos e suplentes.

Todos foram empossados em Assembleia Magna, realizada em 5/8/1947, na Sede do Clube Naval, em comemoração ao primeiro ano de fundação, presente o Exmo. Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra e altas autoridades da República.

Promovido a Oficial General, em 1983, logo encaminharam-me para Brasília (atendendo a honroso convite do Ten Brig Camarinha, para ser seu Chefe do Estado-Maior, no COMGAR), afastando-me das raízes, no Rio de Janeiro, por 20 anos.

Trasmitido o cargo de Comandante da Aeronáutica, em janeiro de 2003, radiquei-me, de volta, nesta sofrida cidade “maravilhosa”, sendo atraído, de imediato, para compor uma chapa do Conselho Deliberativo do Clube. Eleitos, convidaram-me para presidí-lo, e aí, pude viver os derradeiros tempos de dificuldades percorridos por esta associação, a partir de um malogrado empreendimento imobiliário conhecido como “Village Jacarepaguá”.

Após anos de sucesso absoluto, promovendo empreendimentos como Mandala, Portal do Bosque, Selva de Pedra, e outros, a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube de Aeronáutica não conseguiu enfrentar, com sucesso, a crise econômico-financeira que chegou a levar o índice de inflação nacional a cerca de 80% ao mês. Da mesma forma, a Cooperativa de Carros, que já havia proporcionado o primeiro automóvel para tantos oficiais (eu, inclusive), descontrolou-se.

Hoje, olhando para trás, sem ter vivido de perto tais problemas, arrisco-me a acrescentar um fator, que pode ter

contribuído, também, para o repentino logo encaminham-me para Brasília (atendendo a honroso convite do Ten Brig Camarinha, para ser seu Chefe do Estado-Maior, no COMGAR), afastando-me das raízes, no Rio de Janeiro, por 20 anos.

Muito difícil superar a crise que se instalou. Difícil. . . não! Sucederam-se uma série de Diretores que, apoiados por operosos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, impediram o liquidante judicial de sentar-se à mesa da Presidência do Clube e iniciaram o processo de recuperação da entidade.

Ao completarmos o 65º aniversário da fundação, devemos homenagear aqueles que se reuniram em 6 de agosto de 1946 para criar esta associação que deve dar cumprimento aos objetivos estatutários auxiliando o Comandante da Aeronáutica na tarefa de unir, cada vez mais, a família “aeronáutica”, em irmandade de propósitos com nossos camaradas do Exército e da Marinha (conforme orientação do Ministro Trompowsky).

Mais uma vez registro o meu agradecimento ao nosso Comandante Ten Brig Saito, pela compreensão e apoio a nossa administração, fundamental para a sua recuperação e para o seu progresso ■



Oficiais da FAB no dia da fundação do Clube de Aeronáutica

AERONOTÍCIAS do CAER

VISITA DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

No dia 17 de março, o Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Juniti Saito, Sócio Benemérito do Clube de Aeronáutica, esteve no Rio de Janeiro e almoçou no CAER, acompanhado por uma seleta comitiva, composta de Oficiais-Generais da Ativa e da Reserva.

Foi muito grata a presença dos visitantes e produtiva a troca de informações realizada em ambiente agradável.



Foto Rosana Güter

Na foto, da esquerda para a direita: Maj Brig Ar Márcio Callafange - 1º Vice-Presidente do CAER; Cel Av Silva Júnior; Maj Brig Ar Elcio Picchi - Comandante do III COMAR; Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista - Presidente do CAER; Maj Brig Int Pedro Norival de Araújo - Diretor de Intendência da Aeronáutica; Ten Brig Ar Juniti Saito - Comandante Geral da Aeronáutica; Ten Brig Ar Mauro José de Miranda Gandra - ex-Ministro da Aeronáutica; e Maj Brig Ar Luiz Carlos Terciotti - Comandante do III COMAR.

ALMOÇO POUPEX

Foto Rosana Güter



Da esq. para a dir., Brig Int João Carlos Fernandes Cardoso - Pres. do Conselho Fiscal do CAER, Dr. Eduardo Neves - Engenheiro da POUPEX, Cel Fernando Geraldo de Siqueira - Chefe do escritório da POUPEX - RJ, Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry - 2º Vice-Pres. do CAER, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista - Pres. do CAER, Gen Ex Eron Carlos Marques - Pres. da POUPEX, Maj Brig Ar Márcio Callafange - 1º Vice-Pres. do CAER, Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa - Pres. do Conselho Deliberativo do CAER, Cel Antonio Augusto Mendes de Matos - Assessor do Pres. da POUPEX

No dia 24 de fevereiro, foi realizado, no Salão Nero Moura, o almoço de celebração do Termo de Convênio entre a POUPEX e o CAER.

Estiveram presentes o Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista e o Presidente da POUPEX, Gen Ex Eron Carlos Marques, que assinaram o Termo, cujo objetivo é estabelecer procedimentos visando o apoio financeiro a ser prestado pela POUPEX ao CAER para o desenvolvimento de seus programas sociais, culturais e esportivos, bem como o apoio do Clube à POUPEX e à Fundação Habitacional do Exército - FHE.

APRESENTAÇÃO DE NOVA SALA

No dia 9 de março de 2011, o Presidente do Clube de Aeronáutica, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, apresentou, a todos os funcionários do CAER, a nova Sala de Convenções Marechal do Ar Márcio de Souza e Mello, incluindo uma performance do pianista Jorge Maia, que demonstrou a nova acústica e o novo equipamento de sonorização. A sala está equipada com multimídia: som, gravação e imagem.

O Presidente exortou o cuidado e esmero com que os presentes deverão tratar o novo patrimônio do Clube, enfatizando que todas as melhorias introduzidas representam um investimento cuidadosamente planejado, dotando-a de condições para serem locadas a empresas, sendo mais um canal de arrecadação financeira em benefício da agremiação.



Foto Luiz Ludgero

ENCONTRO DE CONTEMPORÂNEOS



Foto Rosana Güter

RÉVEILLON e CARNAVAL INFANTIL

O Réveillon 2010/2011, realizado na Sede Social do Clube de Aeronáutica, aconteceu com grande animação.

O clima de entusiasmo marcou, de maneira prazerosa para todos, uma das maiores festividades que sempre pautou a união dos componentes da grande família aeronáutica.

A decoração do novo Salão de Festas Marechal Ivo Borges acompanhou, com perfeição, o sentimento daqueles que compareceram com a expectativa de um novo ano pleno de alegria.



Muitas pessoas vieram vestidas de branco para atrair paz ao ano de 2011.

A Orquestra Tupy abrilhantou o evento com músicas que não deixaram ninguém parado.

O Réveillon contou com excelente buffet: coquetel; ceia; bebidas (prosecco, cerveja, refrigerante, água mineral e whisky); Open Bar e a tradicional mesa de chá.

O Clube proporcionou serviço de baby-sitter, recreadora e estacionamento.

Ao final, como não poderia faltar, a chegada do primeiro salto dos ponteiros, anunciando o limiar do ano de 2010, foi saudado com um show pirotécnico, que iluminou a sede do Clube de Aeronáutica.

O Baile Infantil de Carnaval realizou-se na Sede Social em 6 de março, contando com grupo de animadores.



No dia 8 de fevereiro, na Sede Social do CAER reuniram-se vários contemporâneos da nossa querida Escola de Aeronáutica, com a finalidade de rever velhos amigos e lembrar fatos que marcaram o início de suas vidas na caserna.

Foram momentos agradabilíssimos, movidos a muita alegria e um pouco de cerveja...

Compareceram 24 amigos de diversas turmas e ficou estabelecido que esse encontro fosse mensal, sempre na segunda terça-feira de cada mês, com a "concentração" às 11h no "Kanequinho" e em seguida, o almoço. Na chegada, cada participante receberá sua "comanda", para individualizar as despesas.

Ao fundo, a faixa com os dizeres: "ATENÇÃO VETERANOS: 'O TROTE ESTÁ PROIBIDO!!!'".

GRUPO DE ESTUDOS do CAER visita o DCTA

Paulo Pereira

Jornalista, membro do Grupo de Estudo

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial do Comando da Aeronáutica – DCTA, em São José dos Campos, São Paulo, considerado um dos mais importantes centros de ensino, pesquisa e desenvolvimento aeroespacial da América Latina e do mundo, recebeu a visita do Grupo de Estudos (GE) do Clube de Aeronáutica (CAER), no dia 18 de novembro de 2010. Conduzida pelo Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, Presidente do Clube de Aeronáutica (CAER) e coordenada pelo Cel Av Araken Hipólito da Costa, Diretor Cultural do CAER, a comitiva foi recepcionada no Campo Montenegro pelo Maj Brig Ar Alvani Silva, Vice-Diretor do DCTA que deu as boas-vindas ao GE, em nome do Ten Brig Ar Ailton dos Santos Pohlmann, Diretor-Geral do DCTA, que estava em missão fora de sede. A visita complementou os conhecimentos adquiridos pelo grupo, sobre a Política Aeroespacial Brasileira, apresentados na palestra realizada pelo Ten Brig Ar Reginaldo dos Santos, Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, em outubro de 2010, no Clube de Aeronáutica, no Rio de Janeiro.

Os visitantes assistiram inicialmente, explanação do Cel Av Kaneaki sobre o histórico, a missão e a visão do DCTA, Departamento responsável pela consecução dos objetivos da Política Aeroespacial Brasileira para os setores da ciência, tecnologia e indústria, que contribui para a formação e a condução da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais. Após a palestra, percorreram-se as dependências daquela Organização Militar que tem efetivo de 3000 militares, sendo 1500 os que produzem conhecimento – a atividade fim –, somados aos 2300 civis que operam as organizações abrigadas no DCTA, onde se desenvolvem inúmeras atividades nas áreas de Aeronáutica e Espaço, Pesquisa Aplicada, Certificação, Metrologia, Ensino e Ensaios em voo.

No ITA, escola de engenharia de excelência que forma profissionais altamente capacitados, referência internacional nos níveis de graduação e pós-graduação, o GE foi recepcionado pelo Reitor, Ten Brig Ar Reginaldo dos Santos, que após apresentação do vídeo institucional, falou que a ideia de se criar uma escola como o ITA, foi lançada por Alberto Santos Dumont, em 1918, porém, só concretizada em 1947 pelo Ten Cel Av Casimiro Montenegro e outros oficiais da Aeronáutica.

A chefe da Biblioteca do ITA, Sr^a Marina,



Grupo de Estudos em frente ao Túnel de Vento

recebeu os visitantes e explicou o funcionamento e a importância daquela Biblioteca para o DCTA, que disponibiliza digitalmente, mais de cem mil títulos e é reconhecidamente, uma referência para pesquisa em engenharia aeroespacial no mundo. Na ocasião, o Grupo de Estudos doo para o acervo daquela instituição, exemplares do Ensaios – 2, Pensamento Brasileiro – Uma Visada Filosófica sobre o Culturalismo, do Prof. Francisco Martins de Souza, membro do GE e exemplares da Revista Aeronáutica, editada pelo Departamento Cultural do CAER.

No Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, recebidos pelo Brig Eng Pantoja, Chefe do IAE, que juntamente com o suboficial Monteiro, levaram os visitantes a uma “viagem ao futuro”, informando-os sobre alguns avançados projetos do Programa Espacial Brasileiro, como o Veículo-Lançador de Satélites (VLS) e veículos de sondagem, além do desenvolvimento e testes de itens de defesa para a Força Aérea Brasileira (FAB). A visita ao TA2, único túnel subsônico da América Latina, aguçou a curiosidade geral. No Instituto de Estudos Avançados – IEAv, o grupo, avançando outra vez no tempo; impressionado, o grupo observou como se desenvolvem pesquisas de ponta em diversas áreas das ciências puras e aplicadas, na fronteira do conhecimento. Despertou especial atenção, visita aos laboratórios da Divisão de Fotônica (antiga Divisão de Lasers) do IEAv, onde são realizados estudos envolvendo escoamentos em velocidades hipersônicas e experimentos iniciais em túnel de choque.

Outra organização integrada e fundamental é o Grupo Especial de Ensaios em Voo – GEEV, que executa as atividades de ensaio de voo, forma pessoal especializado nessa área e no recebimento de aeronaves e que também coordena o quadro de tripulantes na capacitação e execução das missões de apoio administrativo. Também, foram explicadas as atividades do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial – IFI, que faz a ligação do órgão com os seus clientes e fornecedores, atuando em programas de apoio e de infraestrutura industrial, para a melhoria da qualidade e da capacitação da indústria nacional.

Compõem também, a estrutura do DCTA, organizações como o Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos – GIA-SJ, que dá apoio de saúde, segurança, alimentação, moradia e suporte administrativo a toda Guarnição de Aeronáutica no Campo Montenegro, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos – CPORAER-SJ e a Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos – PASJ. E, ainda, duas unidades subordinadas ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA – que são abrigadas ao DCTA: O ICEA – Instituto de Controle do Espaço Aéreo e o CCA – SJ – Centro de Computação da Aeronáutica. Fora da área de São José dos Campos, estão o Centro de Lançamento de Alcântara-CLA (Maranhão) e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – CLBI, no Rio Grande do Norte.

O grupo conheceu o Memorial Aeroespacial Brasileiro (MAB), criado em 2004, para preservar e divulgar a história de cinco décadas do DCTA. O MAB abriga em seu acervo, entre várias maquetes em tamanho real, os foguetes Sonda e VLS, os protótipos da aeronave Bandeirante, AMX, além de modelos de bombas e mísseis. Tendo visto tudo e muito impressionados, ao final da visita, os membros do Grupo de Estudos do CAER entenderam o significado da frase proferida no início da visita, durante a palestra, no auditório: “Se a Força Aérea Brasileira não tivesse o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA –, seria igual às demais forças aéreas da América Latina” (Ten Brig Ar Cleonilson Nicácio Silva, Comandante do DCTA em 2009).



Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista - Pres. do CAER e Brig Eng Pantoja - Chefe do IAE

Cultural do CAER Abertura do Curso do Pensamento Brasileiro II

No dia 15 de março, terça-feira, às 10h, com cerca de setenta pessoas presentes, foi dado início ao ano letivo do Curso do Pensamento Brasileiro II, no Clube de Aeronáutica.

A mesa diretora foi composta pelo Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista – Presidente do CAER, Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho – Diretor do INCAER, Ten Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa – Presidente do Conselho Deliberativo do CAER, e Maj Brig Ar Márcio Callafange – 1º Vice-Presidente do CAER.

Foi aberta a solenidade pelo Diretor do Departamento Cultural, Cel Av Araken Hipólito da Costa, que apresentou o currículo do curso e fez uma homenagem a dois oficiais que recentemente despediram-se de nós: Cel Av Sérgio Camisão Fialho Pimentel e Maj Av Antônio Gonçalves Moreira Neto.

O Presidente externou sua satisfação por estar o CAER participando como um dos elos do sistema cultural da Aeronáutica, com um curso de suma importância, tanto para militares quanto para civis, den-

tre eles, oficiais superiores das três forças armadas e doutores de academias.

Ao final, Fernando Bicudo, diretor do Ópera Brasil, apresentou um recital de música clássica, tendo ao piano a maestrina Eliara Pugina e os vocais dos virtuosos.



Da esq. para a dir., Soprano Fátima Santana, Contra-tenor Fernando Portugal, Tenor Ivan Jorgensen



Maestrina Eliara Pugina

Programação do Curso Pensamento Brasileiro II

MÊS/DIA	TEMA	PROFESSOR	
M A R	15	Abertura	Araken H. da Costa
	22	Brasil: História, Cultura e Memória	Antônio Edmilson
	29	Tropa de Elite	Cap Rodrigo Pimentel
A B R	5	Poesia e Literatura Brasileira	Carlos Nejar
	12	Ópera no Brasil	Fernando Bicudo
	19	Música Erudita Brasileira	Ubirajara C. da Cruz
	26	Introdução à Cultura Brasileira	Nelson Mello e Souza
M A I	3	Cultura Ocidental ao Pensamento Filosófico Brasileiro	Ricardo Vélez
	10	Independência que veio do Mar	Alte Bittencourt
	17	Literatura	João Ubaldo
	24	Filosofia Política no Brasil	Francisco Martins
J U N	31	Cinema Brasileiro	Isabela Nicolas
	7	Relação entre a Igreja e Estado - Vaticano	André Sampaio
	14	Ética e Economia	Marcílio Marques Moreira
J U L	21	Diplomacia	Jerônimo Moscardo
	28	Semana de Arte Moderna até a Arte Contemporânea	Fernando Cocchiarale
	5	O Ser e suas circunstâncias I	Carlos Frederico
	12	O Ser e suas circunstâncias II	Carlos Frederico
A G	19	História Urbana do Brasil	Antônio Edmilson
	26	Cristianismo e Educação Brasileira	Marcela Maria

Cronograma do primeiro período. Férias de 2 a 23 de agosto. O curso reinicia em 30 de ago.

MENSAGENS dos leitores

Vice-Presidente da República Michel Temer – Agradecido pelo envio da RA nº 273.

Senador José Sarney – Presidente do Senado Federal – Acusa o recebimento e agradece a gentileza do envio da edição de nº 273 da RA.

Murilo Marques Barboza – Presidente da Infraero – Agradece a gentileza do envio do exemplar de nº 273 da RA e formula votos de contínuo sucesso nas próximas edições, desejando um 2011 repleto de saúde e muita prosperidade.

Senador Marco Maciel – Registra com muita satisfação o recebimento da atenciosa carta acompanhada da edição da RA que (sic) “leu com grande interesse”. Cumprimenta Cel Araken, pelo artigo *No momento de dúvida*, agradecendo com apreço e fraterno abraço o gentil gesto e o convite para publicar outras matérias de sua autoria.

Senador Álvaro Dias – Agradecendo a gentileza pelo envio da edição nº 273 da RA (sic) “a qual prima pela qualidade de impressão e de conteúdo”. Comenta ainda, que “o periódico, muito oportuno, constitui valioso subsídio para tantos quantos tenham interesse na história da Aeronáutica e dessas máquinas voadoras”.

Sra. Gladys e Senador Cristovam Buarque – Remetem um cartão de Boas Festas e Feliz Ano Novo com sugestiva mensagem de erradicação do analfabetismo: “que 2011 seja a ponte para um mundo onde todos leiam”.

Manuel Cambeses Júnior - Cel Av – Envia o importante comentário que reproduzimos na íntegra: *Prezados Amigos,*

Li o bem elaborado Editorial do Presidente do Clube de Aeronáutica, publicado na última edição da Revista Aeronáutica, e me chamou a atenção o desabafo de S. Ex^a com relação à baixa frequência dos associados às sedes social e esportiva e, também, o que é mais grave, a existência de oficiais residentes na área do Rio de Janeiro que jamais se interessaram em se associar àquela prestigiosa entidade clubística, lídima representante de nossa oficialidade.

No meu modesto entender, isto é um verdadeiro absurdo. O mínimo que se espera de um oficial que se preze e que possua amor à sua Força Aérea, é que interaja socialmente com seus companheiros de Arma.

O nosso Clube de Aeronáutica, na atualidade, oferece uma ampla gama de atividades (culturais, desportivas e sociais) e passa por uma verdadeira transformação no sentido de promover conforto e momentos de lazer aos associados e, consequentemente, do desfrute da boa companhia dos companheiros da Força.

Ao meu ver, salvo melhor juízo, deveria haver uma vigorosa ação dos Comandantes e Diretores, das diversas Organizações da Aeronáutica, no sentido de incentivar a oficialidade (ativa e reserva) a ingressar no quadro social do Clube de Aeronáutica.

Cordialmente,
M. Cambeses Jr

NOTA DO EDITOR

Agradecemos as manifestações dos leitores, acrescentando nossa gratidão aos colaboradores, que valorizam as nossas edições, deixando-lhes aberto espaço para o envio de textos.

O AERODESPORTO e o

Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes
consult-aero@veloxmail.com.br

Agindo como pioneiro e desbravador, o Clube de Aeronáutica – com sua Divisão Aerodesportiva na Barra da Tijuca – já voou mais de 20.000 horas e formou centenas de Pilotos desde sua fundação, em 1984. Mais importante do que essa marca: difundiu a doutrina operacional, a disciplina de voo, implementou a mentalidade aeronáutica e consolidou o “lazer profissionalizante” e trouxe de volta ao voo, vários “aviadores aposentados”...

Foram centenas de “amantes dos ares” (principalmente as VELHAS ÁGUIAS) transformados em pilotos de fim-de-semana, que continuam praticando o esporte com o entusiasmo de sempre, colorindo o espaço do Rio, em conjunto com seus irmãos do Clube Esportivo de Ultraleves (CEU); na outra margem da Lagoa de Jacarepaguá.

Passados esses mais de vinte e cinco anos de atividade aérea, cumpre refletir:

– O fenômeno ultraleve motorizado (ULM) tomou uma amplitude tal, no transcurso destes últimos anos, que não é mais possível considerá-lo apenas um objeto de admiração e curiosidade. As implicações de caráter técnico, operacional e – por que não? – industrial conduzem a uma nova postura que supera, de longe, aquela dimensão proveniente da aparição dos ULM: sem nos apercebermos, estaremos defronte de uma nova modalidade de aviação desportiva?

Não resta dúvida que os ULM não “se espalharam nem povoaram os céus” como era esperado ou, pelo menos, como previam os analistas, os entusiastas, os espíritos audaciosos e os sonhadores...

Entretanto, e apesar disso, os ULM também não adquiriram a conotação de

“fenômeno efêmero, tipo modismo que vem e passa”, como alguns outros postularam... A bem da verdade, os ULM aí estão, resistindo às “moléstias de infância” e ocupando um lugar para ficar... agora com mais “sustância”.

Parece – isso sim – que ultrapassaram seu primeiro estágio de amadurecimento (no Brasil, pelo menos), o que induziu considerar a modalidade esportiva com bastante seriedade e atenção (caso CAER). Estão bem longe de serem atingidas as quantidades de aeronaves fabricadas, inicialmente previstas pelos entusiastas eufóricos; mas, por isso, não deve haver sentimento de frustração ou má interpretação. Por ser um esporte novo, vibrante, apaixonante e envolvente poderia até tombar e sucumbir, vítima de seu próprio sucesso. Como muito ocorre no Brasil. Mas, tal não aconteceu, não resta dúvida de que ainda há muito que fazer e explorar, nesse domínio (novamente o caso do CAER...).

Levando em consideração todos os dados disponíveis no momento presente, os ULM não parecem ser um bom negócio (em termos de investimentos), nem uma aeronave fácil de dominar (em termos de operação), nem um objetivo fácil de industrializar (em termos de busca de qualidade aeronáutica) e, muito menos, uma máquina simples para manter sua disponibilidade para o voo (em termos de manutenção) ou até mesmo “pouco onerosa” (em termos de custo operacional). Mas “continua vendendo bem”, dizem os ousados e perseverantes fabricantes!...

Seriam nossas conclusões um libelo contra os ULM? Decididamente, não.

Com a experiência de mais de 25 anos de voo de ultraleves e observando a implantação de diversas escolas de pilota-



gem e clubes de ULM, já é possível concluir alguma coisa. De forma mais positiva e contributiva...

No que tange à sua pilotagem, as horas de voo acumuladas, (o CAER, neste ponto, é professor...) os acidentes (poucos) e os incidentes (muitos), permitem concluir que o manuseio dos ULM – apesar de cândida e complacente aparência – não dá muita margem a erros. Mesmo os pilotos (de avião) experimentados são unânimes em reconhecer as marginalidades das “maquininhas voadoras”... Com certeza, isso implica em uma operação atenta, disciplinada e séria. E, aqui, o CAER esmerou-se...

No plano industrial, a “qualidade do produto” é algo que, mesmo procurado com desvelo e pertinácia, não tem sido fácil de obter. Uma das razões é que, por força de ser uma indústria na infância, o controle de qualidade na fabricação dos ULM entra em consideração com “prioridade 2”. O resultado é a não-conformidade com as normas e padrões, em prejuízo dos operadores. No ângulo logístico, os serviços pós-venda (sobressalentes e manutenção) deixam bastante a desejar. O que acontece é que o industrial de ULM ainda não se estruturou para o processo de atendimento ao cliente, após a saída de aeronave de suas oficinas,

CLUBE DE AERONÁUTICA

aspecto esse considerado “dogma” na indústria automobilística e aeronáutica... E que é o desagrado dos ultralevistas...

No plano regulamentar/legal, cabe não esquecer a atitude paternal das autoridades aeronáuticas naquilo que tange a “criar um clima favorável para a disseminação do esporte”. Entretanto, já que a atividade ultralevista é uma manifestação de lazer e uma expressão de liberdade e, de um certo novo modo de vida da moderna sociedade, as autoridades de aviação civil e aerodesportiva racionalmente optaram por alguma forma de regulamentação. Agindo dessa maneira, as responsabilidades pela observância das regras elementares de fabricação ficam concentradas e atribuídas aos construtores, e as de caráter operacional às escolas de pilotagem, aos clubes e aos próprios operadores. O que, para muitos, parece ser uma forma de omissão... Mas o problema não se apresenta assim, somente no Brasil: outros países já o enfrentam antes e da mesma maneira. Com base nessas experiências, é possível antever a preparação e adoção de uma futura norma de encargos que inclua as normas gerais e técnicas de homologação, os ensaios de voo, o estabelecimento dos limites do envelope de voo, os manuais de operação e manutenção, etc. enfim, alguma forma de normalização e regulamentação. Mas que não seja “nem tanto ao mar nem tanto à terra”... Em suma, algo adaptável, para ser lido entre as atuais linhas rígidas dos regulamentos e que cabe aprimorar *in house* e durante a formação inicial dos pilotos.

Isto posto, seria ousado demais imaginar que está prestes a nascer uma categoria

de “aerodesportismo leve”, dissociado da categoria de aviação geral em termos de normas, regulamentos, equipamento e *savoir faire*? Pergunta a responder...

A onda das “maravilhosas máquinas voadoras” alastra-se bem mais rapidamente do que o esperado, embora o Brasil bem mais lentamente do que no restante do mundo. Essa “onda” só foi possível graças às diversas conquistas tecnológicas derivadas da era espacial por que passou a indústria: simplificação e popularização de cálculos de engenharia aeronáutica, aparecimento de minimotores, alargamento do horizonte de utilização dos novos materiais (conjugados e compostos), popularização da mentalidade aeronáutica e do voo livre, etc. Tudo isso resultou no aparecimento de uma família de aeromóveis que, transportados nas costas de um homem, no teto de um carro ou em reboque, já chegaram a atingir, em voo, altitudes de até 5 mil metros.

Considerando o relativo baixo custo de compra do *kit*, seu consumo de combustível (na categoria “miserável”) e sua facilidade de operação, os ultraleves vêm tomando o espaço no lazer do homem de hoje, antes ocupado pelos surfistas, homens-pipa e motoqueiros, e despertando atenção e atraindo interesse daqueles que ainda são “jovens no coração”... E, aqui, o CAER coloca-se como o pioneiro desse movimento renovador: lazer profissionalizante!

Durante o período de experimentação e de tomada de posição, os ultralevistas não chegaram a propor nada de especial às autoridades aeronáuticas. Mesmo habitando o

espaço aéreo controlado. Entretanto, não só o número de relatórios de “quase-colisão” (entre aeronaves e “engenhocas voadoras”) como o próprio crescimento assustador da quantidade de semoventes aéreos (são mais de 30.000 nos EUA, mais de 5.000 na Europa e cerca de 4.000 no Brasil), compeliu a um tratamento específico do assunto.

A *Federal Aviation Administration* (FAA americana), que havia assumido posição conivente e condescendente de *laissez-faire*, adotou radical mudança na sua maneira de ver, passando a controlar os UL. E tal não ocorreu apenas na América: na Europa (França, Alemanha e Inglaterra) e até mesmo no Brasil, o assunto de homologação e operação dessas máquinas ainda é “questão aberta”...

Se a todo esse universo de problemas for acrescentada a expectativa de produção (e conseqüente entrada em serviço) de mais de 30.000 UL no mundo, nos próximos cinco anos, fica fácil concluir que a fixação de regras é um *must*... Para nós, no CAER, o ultralevismo é o descanso dos “Velhos Guerreiros” que, após dezenas de anos de atividade e centenas de horas de voo, encontram nesse esporte (de “muito vento na cara e barulho”) uma sublimação compatível com suas madeixas prateadas. Venha voar conosco pois os céus a nós pertencem, principalmente nos fins-de-semana ensolarados da Barra da Tijuca: voltemos aos nossos dias de Tenentes!

“Voar: dadivosa graça concedida por Deus a nós, ‘humildes terráqueos’ e que cabe curtí-la!” ■



POLÍTICA NACIONAL E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS



Tarsila do Amaral
Antropofagia

Ives Gandra da Silva Martins
Advogado e Professor

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO
ives@gandramartins.adv.br

O tema escolhido para minha palestra no Clube de Aeronáutica e que, por moléstia temporária que me impede de viajar de avião, por dever manter as pernas elevadas grande parte do dia (erisipela

aguda), está voltada à política nacional. Esta, com a eleição da nova presidente, terá contornos próprios, mas com as balizas colocadas pela Lei Suprema e que permite, no equilíbrio de poderes e na vivência democrática, manter o convívio da sociedade, sem traumas que não aqueles próprios dos embates dessa natureza.

Estamos, não só na vida política, social e econômica em melhor posição

que nossos vizinhos, mas também no arcabouço constitucional, que rege a ordem jurídica nacional.

Nos últimos 30 anos, a América Latina conheceu sensível alteração de seus fundamentos constitucionais, com modificação de quase todos os textos vigentes e adoção de novas Constituições.

Até mesmo Argentina, que convivia com modelo vindo do século XIX, refor-

mulou seu texto maior, durante o governo Menem, proclamando uma lei suprema mais reduzida que a brasileira, porém, aproveitando a experiência de nosso constituinte.

À época, seu procurador geral, Dr. Garcia Lema, esteve, algumas vezes em meu escritório para discutir a experiência brasileira, tendo inclusive participado de um programa de televisão comigo e Celso Bastos, organizado pela Academia Internacional de Direito e Economia, denominado “Caminhos do Direito e da Economia”. Sua ideia de discussão prévia de um texto com todos os partidos foi levada ao Governo Menem e adotada. Isto impediu que o texto fosse elaborado exclusivamente pelos partidos, possibilitando que decorresse de um consenso destas agremiações políticas, à luz da reflexão de juristas de cada uma, que participaram da elaboração de um anteprojeto. Nas discussões constantes que tivemos à época, Celso e eu já tínhamos publicado grande parte dos nossos Comentários à lei suprema brasileira, o que viemos a completar, em 15 volumes, pela Saraiva, em 1998. Estimulamos, pois, a adoção do modelo de tramitação do anteprojeto que Garcia Lema sugerira ao Presidente da Argentina. A nosso ver, tal discussão prévia permitiu a rápida aprovação pelos Parlamentares de um texto de 129 artigos apenas e 17 disposições transitórias, sendo técnica e juridicamente inatacável. O Dr. Garcia Lema publicou, após a aprovação, um pequeno livro em que conta o que foi o processo de elaboração da referida Constituição.

Países como Venezuela, Bolívia e Equador preferiram moldar-se de acordo com ensinamentos provenientes de centro espanhol de estudos socialistas. Criaram, de rigor, um modelo diverso daquele da Argentina – em que há equilíbrio de poderes – alicerçado em grande valorização do Poder Executivo, diretamente vinculado ao povo, mediante consultas constantes e convocadas pelo próprio Executivo, através de referendos e plebiscitos, passando o Poder Legislativo e Judiciário, assim como

o Ministério Público a exercer funções secundárias.

Acolitam o Executivo, que é colocado como o verdadeiro representante do povo.

Honduras, como o Brasil, alterou sua Constituição na década de 80, tendo, entre as cláusulas pétreas, a impossibilidade de reeleição. Esta cláusula é que o presidente Zelaya pretendeu discutir em plebiscito, não autorizado pelo Legislativo e pelo Judiciário, o que levou a sua deposição, com base no artigo 239 da Lei Suprema.

Logo após a publicação da Constituição brasileira, participei, a convite do governo paraguaio, juntamente com juristas de vários países latino-americanos, de congresso no Paraguai, quando o país preparava a alteração de seu texto maior.

De rigor, quase todos os países da América Latina alteraram seus textos neste período, que antecedeu e sucedeu a queda do muro de Berlim, adotando um modelo socialista. Chávez, apesar de não ter lido Marx, segundo ele mesmo, disse ter criado um modelo marxista próprio, ou seja, bolivariano contrário aos modelos abertos que têm melhor propiciado o desenvolvimento e integração mundial. Com efeito, os países que adotaram os modelos abertos e não ideológicos, como Brasil, Chile e Colômbia, têm, do ponto de vista econômico, se projetado mais no cenário mundial do que os de modelos fechados e ideológicos, como Venezuela, Bolívia e Equador.

O modelo brasileiro merece uma reflexão à parte. A Constituição brasileira trabalhou com 8 Comissões e 24 Subcomissões de parlamentares, de fevereiro de 1987 a setembro de 1988, para produzir um texto menor do que os venezuelanos, boliviano ou equatoriano, porém, muito maior que o da Argentina, com incorporação de diversos princípios, normas e regras constitucionais. Tem o texto, todavia, uma quantidade enorme de disposições que poderiam – e, a meu ver, deveriam – ser veiculadas por legislação complementar, ordinária ou até mesmo por atos regulamentares do Executivo.

A Constituição promulgada em

5/10/88 foi muito criticada pela extensão de seu texto, com 245 artigos de normas permanentes e 70 de disposições transitórias. Hoje, são 250 artigos de normas permanentes e 97 de disposições transitórias, com mais de 70 emendas, em 23 anos.

Apesar desta constante mutação, assim como de sua extensão – que leva a contínua reflexão por parte dos doutrinadores, advogados, membros do Ministério Público e magistrados, com certa flutuação hermenêutica, muitas vezes comprometedoras da necessária segurança jurídica – teve um mérito indiscutível: firmar definitivamente o Estado Democrático de Direito que o Brasil desejava desde a Constituição de 1891 e que muitos dos textos anteriores (1934, 37, 46 e 67) não conseguiram.

Essa realidade permitiu ao País, pela primeira vez na história da República brasileira, enfrentar sucessivas crises, sem que se cogitasse de rupturas institucionais, golpes de Estado, medida de exceção, como ocorreram nos períodos anteriores.

Assim é que o Brasil passou por um *impeachment* presidencial; crises que atingiram diretamente os governos, envolvendo suspeita de corrupção de autoridades ocupantes de cargos elevados na hierarquia oficial, como o caso dos anos do Congresso e do “mensalão” – quarenta autoridades do governo e pessoas vinculadas estão sendo processadas criminalmente perante o Supremo Tribunal Federal –; alternância de poder; superinflação; crise econômica após a implantação do real, decorrente das crises asiáticas e russa, tudo isso sendo enfrentado com o arsenal jurídico hospedado pela Constituição de 1988.

Vale dizer, mesmo nos momentos de crises políticas e econômicas, as instituições funcionaram bem e a democracia está solidamente enraizada no País, a meu ver, por força da qualidade do texto de 1988.

Atribuo esse resultado, em primeiro lugar, ao fato de o texto ter sido elaborado para adoção de um regime parlamentar de governo. Apenas na undécima hora,

já em plenário, e nos últimos meses de discussão, adotou-se o sistema presidencial, sem tempo de alterar muitos dos dispositivos que deram força considerável ao Congresso e ao Poder Judiciário, este podendo exercer um controle concentrado de constitucionalidade tanto sobre os atos do Executivo, como sobre aqueles do Parlamento. Fortaleceu-se, também, o papel do Tribunal de Contas, com o que o equilíbrio de poderes tornou-se a espinha dorsal da lei suprema, como determina, aliás, o artigo 2º da Constituição assim redigido: “Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

O quadro pode ser delineado da forma seguinte: um Legislativo forte, como nos sistemas parlamentares; um Judiciário autêntico, com força maior que nas Constituições anteriores; um Tribunal de Contas, com poderes maiores para responsabilizar e fiscalizar o Poder; e um Executivo que não ficou fragilizado, pois lhe foram outorgados dois instrumentos legislativos um, de urgência (medida provisória) sujeito à aprovação posterior do congresso em 120 dias, risco de caducar o ato normativo, e outro, mediante autorização prévia do Legislativo (lei delegada). Desta forma, o texto constitucional conformando um sistema parlamentar do governo foi transformado, à última hora, em modelo presidencialista, sendo que os instrumentos nele previstos deram aquele equilíbrio de poderes fundamental para uma democracia, pois, como dizia Montesquieu, na sua formulação tripartida de Poder, é necessário que o poder controle o poder, porque o homem não é confiável no poder.

Estou convencido de que o sistema brasileiro funciona bem e, apesar das 72 emendas – que o tornam, no dizer de muitos críticos, uma Constituição provisória, cujos exemplares deveriam ser vendidos em bancas de jornais, dada a sua periodicidade e transitoriedade –, o certo é que nunca tivemos tanta estabilidade institucional como agora. Os direitos e garantias individuais são respeitados, a imprensa é absolutamente livre, não sofrendo nem

pressões, nem entraves do governo – como ocorre nos países em que o Poder Executivo dita as regras, por ser mais forte que os outros poderes –, sobre ser o debate político amplo e aberto, em igualdade de condições, além de a liberdade sindical e a econômica serem absolutas.

Grande parte do sucesso internacional do Brasil, que vem de todos os governos pós-Constituição, deveu-se a este equilíbrio de poderes. Collor pode abrir o mercado brasileiro, antes fechado, propiciando a Itamar e Fernando Henrique a instituição do Plano Real, que fez praticamente desaparecer a inflação. Com isso, a estabilidade internacional seguida da estabilidade econômica consolidou, definitivamente, o regime de governo e o sistema constitucional. O mérito do Plano Real baseou-se na eliminação do déficit público, em 1993, na acumulação de reservas cambiais e na adoção de duas moedas por seis meses (a URV, moeda de conta, e a moeda de pagamento). Obrigou-se, nestes meses, todos os índices corretivos da inflação a desembocarem na URV. No momento em que mais de 95% dos contratos eram indexados pela URV, a transformação da moeda de conta em moeda de pagamento eliminou a inflação. Com déficit público zerado, não houve pressão dos gastos públicos para emissão de moeda e, com reservas cambiais mais elevadas, eliminou-se o risco da especulação cambial, pois o governo manteve força interventiva no mercado.

Em outras palavras, a estabilidade econômica foi obtida em 1994 e até hoje mantida.

Tal estabilidade foi testada em 1997/1998, com as crises asiática e russa, assim como com o período de estagnação econômica mundial (1998 a 2002), em que o governo Fernando Henrique manteve o controle das instituições e da economia com fundamentos tão sólidos, que o FMI internacional garantiu, no período turbulento das eleições de 2002, um empréstimo ponte de 30 bilhões de dólares, para ser utilizado, se preciso fosse. Mais do que isto, entregou ao governo Fernando Henrique e ao Presidente Lula o País com

participação de 2,92% no PIB mundial, superior, portanto, à participação que o governo Lula entregará a seu sucessor, que segundo o FMI ficará em 2,90%.

O episódio sobre o empréstimo ponte é interessante, pois, à época, o candidato Lula, nos primeiros meses de sua campanha, atacara duramente o FMI e as instituições financeiras, o que levou à turbulência do mercado, quando assumiu a liderança das pesquisas para as eleições presidenciais do ano. O Presidente Fernando Henrique, todavia, tendo acalmado os investidores e empresários com o apoio do FMI, chamou os quatro candidatos que concorriam ao pleito presidencial, e mostrou que, se quisessem receber um País em ordem, teriam não só que respeitar o acordo feito com o FMI, como deixar de atacar o sistema financeiro.

O candidato Lula mudou o seu discurso em 180 graus e teve o bom senso, quando eleito, de indicar um respeitado nome para o Banco Central. Com isso, ao adotar a mesma política econômica de Fernando Henrique, tranquilizou de vez o mercado e, aproveitando, com habilidade, o *boom* econômico mundial de 2003 a 2008, projetou o Brasil, sobre ter, com suas políticas anticíclicas, superado a crise de 2009/10.

Aliás, todos os países emergentes estruturados aproveitaram-se da crise para substituir o que perderam: o mercado externo, pelo alargamento do mercado interno, algo que os países desenvolvidos não puderam fazer, porque seus mercados internos já estavam, praticamente, nos limites da expansão.

Para concluir: tais considerações, eu as faço no intuito de mostrar que a Constituição Brasileira permitiu o equilíbrio de poderes, o que propiciou uma estabilidade econômica com sólidos fundamentos além de assegurar a governança e alternância de poder sem quaisquer riscos para a estabilidade democrática.

Pode-se, hoje, dizer que o Estado Democrático de Direito é uma realidade definitiva no Brasil, graças à Constituição de 1988 ■

CUIDADO! ESTAMOS DE OLHO!

Uma visão diferente do caso WikiLeaks

Roberto Machado de Oliveira
Mafrá
Cel Cav Ex e Estado-Maior
Analista Geopolítico
celmafra@uol.com.br

É quase inacreditável! O mundo assiste, estarrecido, mais de 250 mil documentos confidenciais, secretos e ultra-secretos da maior potência do mundo, os Estados Unidos da América do Norte, serem lançados ao vento, através de uma nova janela chamada WikiLeaks. E muitos outros, segundo o responsável pela janela, já estão no seu peitoril, prestes a ser arremessados, em caso de ameaça ou de perigo de vida do autor ou de seus familiares, conforme declarações do próprio, em recente entrevista à imprensa, já veiculada nos meios de comunicações mundiais.

O que está havendo? Como um só cidadão com sua organização, municiado por um ex-soldado norte-americano, ressentido com o tratamento diferenciado recebido no Exército dos EUA, que teria tido acesso a essa imensidão de documentos, não se sabe como e durante quanto tempo, poderia abalar de tal maneira toda a estrutura de Inteligência e diplomática dessa grande Nação?

Analistas políticos, militares e diplomáticos, bem como jornalistas das mais diversas áreas, opinam e comentam os fatos lançados ao domínio público, praticamente desnudando a política externa daquela grande Nação. Mas nenhum, até agora, abordou uma possibilidade que vejo clara e translúcida no cenário que se materializa no mundo. É a possibilidade do “vazamento” que ocorre, sem ser estancado, ser proporcionado pelo próprio Governo dos EUA!

Sim, parece absurdo, mas não é. Trata-se de uma possibilidade como outra qualquer. Através desse “vazamento”, os EUA

estão mostrando ao mundo as suas reais preocupações, o que não poderia ser feito pelos canais diplomáticos normais sem causar sérios danos. Estão mostrando locais, áreas, Estados e situações que “atentam contra a sua Segurança Nacional” e que, como em um aviso officioso, dizem: “Cuidado! Estamos de olho!”.

Fato importante a ser observado nesse manancial de informações altamente comprometedoras é que nenhum desmentido foi apresentado. Nenhum pedido de desculpas, por maior intromissão que fosse à soberania ou nos assuntos internos dos mais diversos países. A Secretária de Estado Hillary Clinton esteve em várias partes do mundo “explicando” os fatos, mas jamais “desmentindo”. A cada nova informação surgida, a cada documento devassado pelo WikiLeaks, pode ser claramente notado tratar-se de um aviso da grande potência sobre aquele *punctum dolens* (ponto crítico) para os EUA. Aviso, seguido da ameaça: “Cuidado! Estamos de olho!”.

Outro fato marcante nessa enxurrada de documentos secretos é que todos se referem aos EUA. Nenhum oriundo da Grã-Bretanha, da França, da Rússia, da China, da Alemanha ou de qualquer outro país de importância no tabuleiro atual do mundo. Só dos EUA, de ninguém mais. E seríamos tão ingênuos assim em acreditar que esses “vazamentos” estariam acontecendo à revelia daquele Governo? Uma das maiores potências do mundo em todos os setores, tendo seus segredos violados por um ex-soldado e por um *expert* em informática? É um tanto difícil de acreditar, mas será interessante esperar para ver os efeitos, imediatos ou não, desses acontecimentos. Para ver se a hipótese apresentada será válida ou não ■



Araken
Coelho



GUILLAUME BIJL
Auction House

DIPLOMACIA PARTICIPATIVA

Jerônimo Moscardo
Embaixador
jeronimo.moscardo@gmail.com

Durante o biênio (2004-2005) de minha gestão na Bélgica fiz cumprir um plano piloto, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que compreendeu a realização de 210 eventos, com envolvimento de 15 mil pessoas. As referidas atividades não poderiam ter sido realizadas somente pelos quadros diplomáticos e administrativos da embaixada. Tornou-se essencial a obtenção do concurso das comunidades brasileira e belga.

A sociedade em Bruxelas foi mobilizada por meio do conceito de diplomacia participativa. Com efeito, no passado, a missão do embaixador era pessoal, protocolar e solitária, representando o

necessário diálogo entre dois governos e duas burocracias. Hoje, a comunidade sabe mais e pode mais do que as estruturas administrativas. Na verdade, tornou-se possível ampliar a interlocução entre as duas chancelarias para diálogo entre os dois povos, no qual a mídia desempenhou papel indispensável.

Nos frequentes contatos com a comunidade, procurei angariar seu apoio por meio da mobilização de três vetores: o saber (intelectuais, professores, artistas, estudantes), o fazer (empresários) e o viver (a cidadania em geral). A resposta foi ampla e encorajadora e permitiu que brasileiros, moradores ali há muitos anos, se juntassem à equipe da embaixada, criando uma sinergia eficaz.

Da estreita colaboração originou-se a ideia da criação do embaixador voluntário. Na verdade, qualquer brasileiro no exterior,

quer queira, quer não, representa o Brasil. Nesse sentido, por que não contemplar as personalidades que mais se destacassem na promoção dos interesses do Brasil com o diploma honorífico?

A experiência piloto, em Bruxelas, da “clonagem” de cerca de vinte embaixadores voluntários – com “a missão específica de fazer amar o Brasil” – revelou-se indispensável para implementação do plano de ação Brasil-Bélgica e essencial para operacionalizar a diplomacia participativa.

Encontros culturais – Uma das providências iniciais que viabilizaram a implementação do plano de ação que merece grande destaque é a criação da Casa do Brasil, situada no térreo do número 350 da Avenue Louise – endereço nobre, de grande visibilidade e fácil acesso.

No âmbito da Casa do Brasil, foram criadas as seguintes instituições: a galeria

de Arte Marcantonio Vilaça, o espaço Darcy Ribeiro e a biblioteca Ítalo Zappa. O espaço Darcy Ribeiro se tornou lugar de grandes debates e conferências. Durante o período aconteceram vários fóruns latino-americanos para discutir as questões políticas e de relacionamento entre os povos da América Latina, fóruns para estreitar as relações com a África e eventos acadêmicos relacionados à problemática brasileira.

A galeria Marcantonio Vilaça, também, se tornou referência de espaço para exposições. Passaram pela galeria trabalhos de fotografia, artes plásticas, cerâmicas, entre outros.

Além das exposições e dos fóruns, a Casa do Brasil, também, desenvolveu várias atividades voltadas para a comunidade brasileira residente na Bélgica. Entre elas a festa nacional do 7 de setembro, aulas gratuitas de português e francês, assistência

jurídica gratuita, o projeto Música Popular Brasileira nas Escolas (MPBE), apresentação de ciclo de cinema e de documentários brasileiros, estudo de mercado estratégico para melhorar a imagem do Brasil para os belgas e aumentar o interesse dos europeus pelo nosso País.

Entre os resultados dessa nova forma de projetar o Brasil no exterior, obtivemos a conquista do título de melhor embaixada em Bruxelas, no ano de 2005. O depoimento do eminente jurista e intelectual francês François Nizery salienta que a Diplomacia Participativa desfaz o muro construído entre os diplomatas, representantes de seus governos, e a sociedade civil. Indo mais além, afirmou também que, se essa ideia se propagasse em todas as chancelarias e se estendesse às delegações da União Europeia, representaria verdadeira revolução de espírito no governo, não

de forma a reduzir seus efeitos de poder, mas o de ampliá-lo por meio do potencial comunitário.

Finalmente, cumpriria destacar a mensagem que recebi do ministro Celso Amorim, ao concluir minha gestão em Bruxelas:

“Ao terminar sua missão nessa Embaixada, congratulo-me com os apreciáveis e positivos resultados da gestão de Vossa Excelência à frente da Embaixada em Bruxelas. A propósito, ressalto a criação da Casa do Brasil, que abriga o Fórum Latino-Americano, o Fórum Brasil-África e o Fórum Brasil, bem como as iniciativas de aproximação entre a Embaixada e a comunidade brasileira residente em Bruxelas, como notáveis exemplos de valioso trabalho realizado por Vossa Excelência na missão de estreitar o relacionamento entre o Brasil e a Bélgica” ■

BRASIL E CHINA

A ESPETACULAR ASCENSÃO ECONÔMICA DE DUAS POTÊNCIAS

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Conferencista Especial da Escola Superior de Guerra, membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

mcambeses@yahoo.com.br

Notícias veiculadas pela mídia internacional, na segunda quinzena de agosto próximo passado, confirmaram o que já se suspeitava: a China superou o Japão em termos de Produto Interno Bruto Nominal e, conseqüentemente, converteu-se na segunda economia mundial.

Segundo dados divulgados, recentemente, pelo Banco Mundial, que analisa em profundidade as economias de 146 países, o Brasil obteve uma posição de destaque e agora ocupa o sexto lugar no ranking da economia mundial. Levando-se em conta a paridade do poder de compra, o Brasil responde por metade da economia da América do Sul. Com o equivalente a 3% do PIB mundial nesta medição, o Brasil divide o sexto lugar ao lado do Reino Unido, França, Rússia e Itália.

De conformidade com o que diagnóstica o Banco Mundial, o Brasil subiu de lugar por conta de uma nova avaliação. A paridade do poder de compra, expressa por meio dos valores das moedas locais e o que é possível comprar, tomou o lugar da chamada medida cambial, que apenas converte o PIB do país em dólares americanos.

Certamente, isto não causou grande surpresa entre os analistas internacionais, haja vista que os dragões orientais e o portentoso país tropical consolidaram e potencializaram seus crescimentos de forma veemente, ativa e fecunda, enquanto as tradicionais potências econômicas mundiais se mantêm mergulhadas em preocupante crise, algumas tendendo para uma fase aguda e galopante. Isso evidencia claramente o bom e próspero momento que vivem os dois países emergentes: China e Brasil.

A privilegiada posição alcançada pela China, superada apenas pelos Estados Unidos, é uma conquista de trinta anos de dinamismo de um estranho *mix* entre o

duro regime comunista chinês associado a um permissivo liberalismo comercial, contrastando com os profundos problemas que afligem a economia nipônica. Os ritmos do “velho dragão chinês” são simplesmente impressionantes: há cinco anos sua economia era a metade da japonesa e, hoje, atingiu o patamar de maior exportador global, maior consumidor de energia e, o que é fantástico, a que conseguiu tirar o maior número de pessoas da extrema pobreza.

A China tem sido escrava de sua demografia. Ao dividir o seu grandioso Produto Interno Bruto entre o número de habitantes, atinge níveis irrisórios, semelhantes à de alguns países da África Subsaariana e da América Central. Entretanto, isto faculta aos dirigentes do partido comunista chinês tirar proveito dessa situação, utilizando o discurso de “nação subdesenvolvida” para não assumir compromissos próprios das grandes economias, como, por exemplo, no que concerne à redução do nível de emissões contaminantes do planeta.

O envelhecimento de sua população, a escassez de mão-de-obra jovem e o baixo nível de consumo doméstico, impõem limites para que o vigoroso deslanchar da economia chinesa mantenha o crescimento de dois dígitos, que tem registrado até o presente momento. Tudo isto sem incluir as profundas diferenças entre as regiões ricas e industrializadas e o interior ocidental pobre e rural, ademais do crescente dano ambiental.

Em contrapartida, contar com uma classe média chinesa de aproximadamente 350 milhões de pessoas – ou seja, do tamanho da população estadunidense –, sem voz ativa nem voto, gera, como corolário, no campo político, fortes pressões ao sistema comunista vigente, através

de protestos e dissidências, e, no social, devido à exigência das massas populares de programas de bem-estar social.

No que tange à política externa, transformar-se na segunda economia do planeta conseqüentemente incrementará a exigência internacional para que a China exerça um papel de ator mais ativo e protagonista nos assuntos internacionais, principalmente na abordagem do tema direitos humanos.

Em nível regional, o Brasil vem confirmando, gradualmente, sua condição de potência em desenvolvimento e país emergente. Com uma economia bastante diversificada em indústrias e exportações, desde *commodities* até aeronaves, passando pela agricultura, ademais de um sólido consumo interno, o portentoso país sul-americano parece não ter sentido a crise e estima-se que crescerá, este ano, no entorno de 8%.

As multinacionais existentes no Brasil estão se expandindo a outros países, enquanto que a inversão estrangeira no País aumenta consideravelmente. Estima-se que firmas chinesas investirão 12 bilhões de dólares na economia brasileira.

A atual crise econômica mundial está promovendo fortes transformações que se mantinham encubadas há alguns anos. Enquanto a Europa Ocidental e o Japão procuram reativar suas economias em meio a fortes e calorosos debates, os poderosos motores que aceleram as economias chinesa e brasileira os deixam consideravelmente para trás.

Indubitavelmente, este protagonismo vivenciado pelas economias globais, exigirá um drástico reordenamento geopolítico, em nível mundial. Nesse processo, Brasil e China têm muito a colaborar servindo de paradigma às economias ditas de primeiro mundo ■



GEORG BASELITZ
Adieu

Sandra Cavalcanti
Professora, Jornalista,
foi Deputada Federal Constituinte,
fundou e presidiu o BNH
no governo Castelo Branco

O nosso MURO DE BERLIM

O Estado de São Paulo - 29/10/10

Na vida dos países, como na nossa, é fundamental a presença de lideranças formadoras do caráter dos cidadãos: a família, os professores, os religiosos, os governantes, os representantes no Legislativo e nos sindicatos, os dirigentes de empresas, os companheiros de trabalho. Enfim, o ambiente que nos cerca durante nossa existência. Nesse ambiente o que vale, principalmente, são

os exemplos, o testemunho de vida, o temor a Deus e à Justiça. Só assim o ser humano aperfeiçoa a sua alma, pauta o seu comportamento, distingue entre o certo e o errado e, com sabedoria, guarda esses valores. A palavra só tem força quando é a expressão de tais valores.

História oferece-nos muitos exemplos de lideranças extraordinárias. Algumas até foram capazes de ressuscitar a alma de um povo, como foi o caso de Konrad Adenauer, o grande líder da resistência alemã

ao nazismo. Sua presença na vida alemã foi decisiva. Uma vez derrotado Hitler, era preciso reconstruir a Alemanha. Dezenas de cidades tinham sido reduzidas a escombros. O país vencido viu seu território ser vingativamente dividido em duas partes. E o pior era a alma do povo, ainda muito doente, após anos de inacreditável submissão e da perda dos valores do ser humano.

Enquanto refazia a parte material do país, o grande estadista lançava-se ao desafio de devolver aos alemães a esperança, a alegria

e a fé. Era preciso ensinar aos corações, treinados na arrogância e na submissão cega, os valores da verdade e da liberdade. Nos longos anos em que foi primeiro-ministro, Adenauer formou uma plêiade de excelentes políticos, até em áreas programaticamente diferentes das dele. Implantou um regime de total austeridade para os ocupantes do poder e suas equipes ficaram famosas pela seriedade e pelos êxitos.

Mas a alma alemã ainda vivia uma tristeza: irmãos separados pelo Muro de

Berlim. Um muro que não era só de pedras e trincheiras de arame, com guardas implacáveis. Era, acima de tudo, um muro que separava os cidadãos livres dos infelizes súditos da tirania soviética.

O sonho alemão de derrubá-lo só se realizou em 1989, quando o mundo pôde acompanhar sua heroica demolição. Adenauer não estava lá, mas sua obra de estadista havia preparado a alma dos alemães livres para receber, generosamente, a chegada dos libertados. A Carta Fundamental, que rege o regime parlamentarista alemão, previa todos os direitos para os irmãos do lado oriental.

Nós aqui, no Brasil, temos um “Muro de Berlim” a derrubar: nosso sistema eleitoral. Esse muro da vergonha, herdado do ditador Vargas, continua a envergonhar o País e impede o aperfeiçoamento do caráter dos nossos políticos. Na realidade, mesmo nos períodos ditos democráticos, o voto proporcional é uma vergonha.

Sem a adoção do voto distrital vamos continuar com a proliferação insensata de partidos de aluguel, partidos sindicais, partidos fundamentalistas, partidos ditos nacionais, partidos “internacionais”, partidos ligados a movimentos subversivos, enfim, uma geleia geral! A maioria deles existe apenas para ganhar preciosos minutos de rádio e TV, pagos com o dinheiro do povo e apelidados de gratuitos.

Sem a adoção do voto distrital os custos das campanhas continuarão exorbitantes, jogando todo o processo eleitoral na vala enlameada do uso vexaminoso do dinheiro público. O voto é obrigatório, livre e secreto. Mas com o voto proporcional o caixa 2 também é obrigatório e secreto. E quando alguém fala, hoje, em financiamento público de campanha, é de apavorar!

Faço estas considerações no momento em que se aproxima o dia D do segundo turno. Qualquer resultado, para mim, vai significar dias muito difíceis para todos nós.

O Senado (já quase todo composto), a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas que emergiram das votações no dia 3 de outubro, tudo leva a crer que

em matéria de qualidade a piora foi muito acentuada. É o voto proporcional.

Em toda a minha vida de cidadão, esta foi a mais desalentadora de todas as eleições. A mão pesada do Estado está comandando tudo. O presidente transformou-se em artista de palanques. A candidata que ele impôs a seu próprio partido oferece um espetáculo doloroso de arrogante submissão. A oposição, por sua vez, confusa e sem garra, apresenta apenas a biografia de um político muito sério, mas não de um estadista. É pouco para os anseios brasileiros. Chega a ser frustrante.

O que salta aos olhos é que o Brasil está sem valores! A avaliação internacional do povo brasileiro, na questão de ser capaz de perceber a corrupção, e de se insurgir contra ela, chega a ser constrangedora! Figurar entre os povos mais corruptos do planeta é de chorar de vergonha.

Em momento algum qualquer dos candidatos assumiu compromisso quanto à reforma do sistema eleitoral. É tabu! O voto proporcional é a garantia dos caudilhos enrustidos, dos ditadores potenciais, dos que aspiram mandar sem ter de dar satisfações. É a mais feroz distorção do sistema democrático de representação da vontade do eleitor. Por isso mesmo será mantido. O uso da urna eletrônica dá a muita gente a impressão de que nossas eleições são corretíssimas e a vontade dos eleitores é respeitada. Mentira! Embuste!

Enquanto vivermos neste presidencialismo quase caudilhesco, com um titular que, com sua caneta mágica, nomeia da noite para o dia mais de 30 mil funcionários; enquanto Brasília estiver livre da vigilância próxima de um povo atento; enquanto a criação de partidos não depender, de fato, da presença ativa de filiados; enquanto o senador for escolhido juntamente com um vice que ninguém sabe quem é; enquanto a infidelidade partidária não for objeto de punição real; e, principalmente, enquanto votar num candidato, pelo voto proporcional, significar eleger outro e os partidos tiverem direito a horários gratuitos – nosso Muro de Berlim ainda estará de pé ■

A Crise de Liderança

Liderança Política, ao lado do desenvolvimento de uma Estratégia Nacional adequada e de uma efetiva Determinação Governamental, se afiguram, sem a menor sombra de dúvida, elementos fundamentais para o sustentável e contínuo desenvolvimento de qualquer Sociedade Estatal moderna.

Muito embora seja cediço reconhecer que o fator Liderança, isoladamente considerado, não se encontra diretamente associado ao fenômeno do relativo declínio do poder perceptível de uma Nação, não há qualquer divergência entre os estudiosos do tema no sentido de que a manifestação de seus efeitos, todavia, estejam umbilicalmente vinculada a relativa ausência de uma sinérgica Liderança.

Aliás, é a própria história que se encarrega de, muito claramente, demonstrar, com maestria, a plena validade desta assertiva, posto que, em várias situações perfeitamente delineadas no espaço-tempo compreendido entre a segunda metade do século XX e o primeiro decênio deste século, a passividade, aliada a uma comprometida ausência de firmeza de propósitos, bem como de uma necessária condução diligente relativa aos rumos dos acontecimentos, nos mais variados Cenários Internacionais, conduziu irremediavelmente aos mais diversos insucessos (e até mesmo a autênticos desastres) nos Confrontos, diretos ou indiretos, de natureza política, econômica e também bélica que a humanidade se viu obrigada a testemunhar.

A absoluta correção, bem como nítida clareza, da presente afirmativa também se demonstra pelo excessivo prolongamento temporal de conflitos, inclusive militares, que se estabelecem, como natural efeito consequente, da nítida ausência de Liderança Política perfeitamente observável em episódios selecionados, permitindo, destarte, a inexorável exteriorização dos indesejáveis efeitos do que convencionalmente denominamos de Assimetria Reversa, com todas as suas nefastas consequências.

Por outro prisma, necessário afirmar que Liderança não implica em falta de equilíbrio e de serenidade; muito pelo contrário, Liderança



revela a necessária inteligência e sabedoria de se ter a plena consciência da oportunidade e da conveniência quanto ao adequado emprego eficiente dos quatro elementos básicos do Poder Nacional disponíveis (militar, econômico, político e psicossocial), respondendo, em cada momento, com necessária firmeza, aos mais diversos desafios na exata medida em que os mesmos se apresentam.

Neste sentido, não faltam episódios pontuais (ou mesmo distendidos temporalmente) em que restam evidentes o nítido declínio do poderio relativo dos EUA por ação direta de uma observável ausência de sua Liderança Política.

Talvez o mais contundente exemplo histórico de sinérgica ausência de Liderança Política tenha sido observado no contexto do governo JIMMY CARTER (1976-1980), momento em que, – após a derrota norte americana no Vietnã (1975); o início da insurreição na América Central (final da década de 70); a expansão soviético-cubana na África (1976-82); a queda do Xá do Irã e a instalação do regime islâmico (1979-80); bem como a humilhante situação dos diplomatas-reféns na Embaixada dos EUA em Teerã –, a outrora imbatível superpotência estadunidense manifestou seus primeiros sinais de exaustão econômica (em relação à emergência dos chamados Tigres Asiáticos, em particular o Japão) e militar (em face da outrora magnitude e robustez (aparente) do poderio bélico soviético).

Tal como nos dias atuais, vale mencionar, a irreversibilidade do declínio do poderio relativo norte-americano era, à época, anunciada aos quatro ventos, sendo certo que, muito provavelmente tal tendência somente foi revertida com a “renascença nacional”, defendida, com notável veemência e protagonizada pelo Presidente RONALD REAGAN que, ao final de seu período governamental de 12 anos (oito anos de administração REAGAN e quatro de administração de seu vice-presidente GEORGE BUSH (pai)), simplesmente acabou por não somente exorcizar a ameaça econômica japonesa, mas, especialmente, e de forma absolutamente sem

Estadunidense

Reis Friede

Desembargador Federal e Professor Adjunto da UFRJ; Mestre e Doutor em Direito
rfriede@trf2.gov.br

precedentes, neutralizar o supostamente imbatível adversário de Guerra Fria, com a decretação do fim da União Soviética.

Neste sentido, resta consignar que a nova ameaça ao mundo monopolar estadunidense, estabelecido desde 1991, – em decorrência do ocaso do poderio militar soviético e econômico japonês –, deduz-se do reconhecido hiato entre a inconstrastável capacidade militar atual dos EUA vis-à-vis com o tímido crescimento econômico estadunidense que, segundo os mais severos críticos, não teria as condições necessárias para a manutenção, no longo prazo, do poder relativo dos EUA, em particular com a alardeada ascensão de natureza econômica e sutil (porém sólida e indiscutível) de natureza militar chinesa.

O problema central, – não obstante a constatação objetiva de índole econômica –, todavia, é, sobretudo, de crise de liderança, ou seja, de ausência de comando político e de absoluta falta de uma Estratégia Nacional coerente e corajosa que, com necessária Determinação Governamental, possa conduzir (ou reconduzir) a América ao seu suposto destino de ser e continuar sendo a principal potência político-econômica e militar do planeta, a exemplo do que logrou realizar, em seus respectivos desafios históricos, os governos FRANKLIN D. ROOSEVELT (1933/1945) e RONALD REAGAN/BUSH (1981/1992).

Curioso observar, neste diapasão analítico, a criticável estratégia do Presidente BARACK OBAMA, – o que denota a sua absoluta ausência de liderança política –, de, em suas palavras, “preparar os EUA para um novo mundo multipolar”, em que a América deixará (de forma aparentemente irreversível, como também se supunha durante o governo JIMMY CARTER) de ser a potência dominante.

Por efeito conclusivo, ao que tudo indica, tal como no passado recente, somente restam duas alternativas viáveis à Nação Estadunidense: ou o povo americano se conscientiza de seu lamentável equívoco de ter conduzido à Presidência da República alguém, não obstante toda a sorte de “boas intenções”, reconhecidamente despreparado para a função, – elegendo, na próxima oportunidade, um líder à altura das suas mais sublimes aspirações como logrou fazê-lo ao eleger o Governo REAGAN –, ou aposta na irreversibilidade do declínio do poder relativo norte-americano, – conforme preconiza o atual titular da Casa Branca –, reelegendo o Presidente BARACK OBAMA e se preparando, por via de consequência, para um novo mundo multipolar em que os EUA deixarão de ter a posição proeminente que desfrutaram e vem desfrutando desde o fim da 2ª Guerra Mundial ■



Andy Warhol - Campbell's Soup Cans

Luiz Felizardo Barroso

Prof. Dr. em Ciências Jurídicas e Sociais;
Mestre em Política e Estratégia pela ESG
luiz@felizardo.com

A atual crise instaurada no Senado da República levou-nos a uma série de reflexões, as quais gostaríamos de compartilhar com o leitor, pois cremos que o excesso de privilégios nos quais se arvoram os parlamentares, está na raiz de toda a crise.

Em direito público, como o sabemos, as forças políticas podem ser coletivas e individuais, representadas, estas últimas, pelo líder político social ou religioso. As forças coletivas, de seu lado, podem ser classificadas como orgânicas e inorgânicas; dentre as primeiras, encontramos os partidos políticos e as forças politizadas sociais, representadas pelos grupos de pressão, pela mídia; bem como pelas estatais, como a tecnoburocracia e as forças armadas.

Quanto às forças inorgânicas, temos a opinião pública, aliás, largamente utilizada pela classe política, da qual queremos tratar.

No poder – seja em que país for – há sempre uma classe política predominante, que se constitui em uma elite; grupo, mais ou menos fechado, que maneja o poder e que possui características bem definidas, tanto no plano espiritual, como no plano social e, é claro, no plano político propriamente dito.

Esta elite se considera privilegiada e a própria sociedade a aceita como tal; o que lhe tem garantido força total e uma estabilidade sem par, bem como uma boa dose de impunibilidade quanto aos seus excessos.

As formas de governo podem mudar, não importa. As classes políticas em todo o mundo, sempre se adaptarão a qualquer regime político, democrático ou não, porque é ela que sempre manda, e, embora seja uma minoria, jamais sucumbe. Seus

integrantes estão sempre por cima, liderando partidos políticos, que manejam à sua vontade, ou então, criando novos ao seu redor; se tanto for necessário à consecução de seus objetivos exclusivistas.

Em verdade, as lideranças políticas, adaptam-se às modificações que lhes são impostas pelos fatos, e, seja qual for o regime – salvo quando em jogo os seus princípios – procuram influenciar os acontecimentos, ora no poder, ora na oposição.

Os privilégios desta classe política chegam a nos fazer pensar se não existiria um sistema político melhor do que o nosso.

Por mais que pensemos – à luz do exemplo de outros países que já o adotaram, na santa ilusão de se darem bem – não conseguimos encontrá-lo, pois todos fracassaram em sua escolha.

Por pior que seja – de tempos em tempos – o melhor regime ainda é o democrático, com a repartição dos

poderes da República entre o Executivo, Judiciário e Legislativo; todos independentes, porém harmônicos entre si.

Há quem afirme que a democracia não é para quem a quer e sim para quem possa realmente adotá-la, em todo o seu esplendor, ou seja, para quem já atingiu certo grau de maturidade cívica.

O exercício do processo democrático é, mal comparando, como andar de bicicleta. Não se aprende sem antes levar vários tombos.

A Democracia Brasileira estaria assim, ainda na fase de sua aprendizagem e os “tombos” seriam as crises pelas quais vivemos passando.

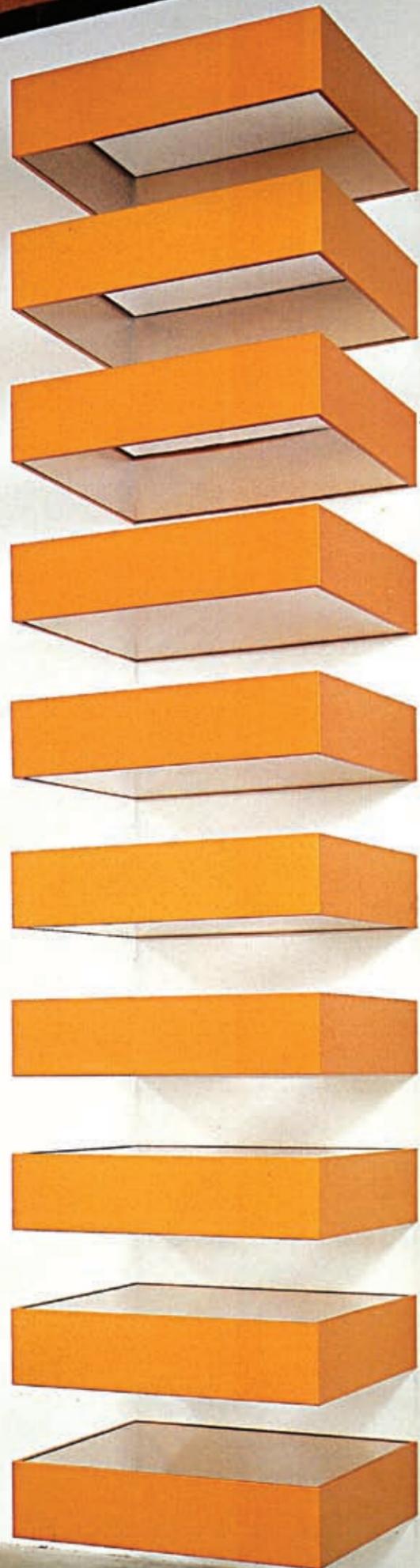
O dilema é, até quando?

Em que século aprenderemos, afinal, a pedalar nossa “bicicleta democrática”, sem cair de cima dela a todo instante? ■

O PAPEL, A SOBREVIVÊNCIA E O LIDERANÇAS POLÍTICAS

PRIVILÉGIO DAS

WOLFGANG TILLMANS
Deer Hirsch
fotografia



Afonso Farias
de Sousa Júnior
Cel Int/EMAER
Mestre em
Administração
Pública e Doutor em
Desenvolvimento
Sustentável
afonsofariasjunior@gmail.com

GESTÃO

Os reais entraves que inibiam o desenvolvimento do Brasil em bases competitivas internacionais começaram a ser retirados desde o início da década de 1990. Inúmeras ações foram pensadas, executadas e geraram consequências para o atual Estado nacional. Sarney (as falhas ensinaram o que não fazer novamente), Collor (abertura da economia e *impeachment*), Itamar (início da implementação das ações para tornar realidade o Plano Real com o lançamento do Programa de Ação Imediata – PAI) e FHC (lançamento do Plano Real) moldaram esse País verde e amarelo. Hoje, vivem-se os frutos dessas ações mais recentes... Lógico que essa construção se iniciou bem mais cedo, passando por Getúlio Vargas, JK e governos militares, no entanto, abordam-se aqui somente aspectos relativos aos vinte últimos anos.

Agora, Lula é ex-Presidente. Já no oca-so do seu governo, ele declarou: a minha chegada ao poder tinha que mudar o pa-tamar de governança. Eu tinha que provar a cada dia que teria condição de governar igual ou melhor que todos os doutores que passaram pela presidência.

É provável que Lula fique conhecido pelas palavras de esperança que sempre falou, ou pela modelagem e consolidação de um estilo brasileiro de governar uma nação, com muita fé, carisma e ações possíveis... Desatinos também.

Nasce um novo governo nacional. Parece que a nova Presidente do Brasil tem mudado o seu jeito de agir e abordar as pessoas. Mostra-se mais suave e tentando integrar pessoas e partidos para a direção de resultados benéficos à nação. Alianças e união habitam o seu vocabulário e o seu discurso inicial deixa claro que esses aspectos são imprescindíveis para combater a miséria e promover – ao mesmo tempo – a estabilidade econômica.

Doze páginas do seu discurso de

GOVERNAMENTAL:

abertura registraram o seu próprio perfil, ações gerenciais. Evidenciou claramente suas características nas palavras escritas/proferidas, apesar da pouca originalidade e pobreza de detalhes. Ficou nítido que as condições da sociedade, do mercado e do Estado brasileiro ainda precisam melhorar (muito) nas questões socioambientais e na dimensão econômico-financeira.

Embora em processo virtuoso desde 1990, mas também repleto de contradições e idiosincrasias, o País tem alcançado resultados finais positivos e estimulantes... Essa roda viva vai criando os alicerces necessários à operação das transformações e alimentando as instituições para as suas reais finalidades.

O prédio está próximo aos 50% da sua altura final. Isso exige mais cuidado. Qualquer ação exige supervisão atenta, alinhamento integrativo e cooperação dos partícipes. Fazem-se necessárias pessoas comprometidas e capacitadas para continuar a escalada e depois poder – nos finalmente da obra – fazer o acabamento e os ajustes requeridos. Até 2025, outros três presidentes da República ainda continuarão (ou poderão continuar) esse círculo virtuoso.

Fortalecer as instituições e promover a capacidade de investimento da iniciativa privada impõem-se como fatores de primeira grandeza. Desenvolver infra-estrutura sustentável e primar por uma educação real (na família, na escola e na comunidade) serão questões compulsórias e baluartes nessa governança pós-moderna.

Mister atentar que o desafio passa pela capacidade de duplicar os esforços de expansão das oportunidades para a nova classe média e criar os meios (instituições e ações) para mantê-la nessa evolução.

Os últimos oito anos foram marcados por excessivos ganhos na aplicação em Bolsas (mercado de capitais), 295%, contra 58% relativos ao poder de compra do sa-

lário mínimo (medido em cestas básicas). A remuneração do capital ainda continua socioeconomicamente indecente e merece reflexão para que ações modificadoras possam influir e mudar esse panorama nos próximos vinte e quatro meses.

Inflação e receita/despesa orçamentária pública também devem ser monitoradas com vigilância cerrada e elevada atenção. O problema da inflação não está relacionado somente com o incremento nos preços dos alimentos, mas também pelo superaquecimento da demanda interna, que foi motivada pela expansão do emprego e dos rendimentos, assim como pelo excessivo gasto público. Já a questão orçamentária é de viés remoto e recorrente. Todos os anos o Poder Legislativo superestima a projeção de receitas para poder ajustar as emendas dos deputados e senadores, no intuito (ou pretexto) de atender as despesas nos seus redutos eleitorais. Os investimentos constantes da Lei do Orçamento Anual ainda são baixos. O custeio está alto... A despesa pública parece descontrolada.

Em maio de 2010, a jornalista Miriam Leitão¹, em palestra no CIO Global Summit 2010, alertou: hoje, o Brasil está minando as bases da estabilidade fiscal com o aumento das despesas públicas. Em 4 de janeiro de 2011, Ilan Goldfajn², economista-chefe do Itaú Unibanco, quando analisou o crescimento atual da economia e os desafios para 2011, vaticinou: o desejo de agradar no presente, à custa do futuro, prejudicou até a transparência e a respon-

1 - Miriam Leitão. Dívida pública brasileira pode minar crescimento do País – 14 maio 2010. CIO. Disponível em <http://cio.uol.com.br/gestao/2010/05/14/miriam-leitao-divida-publica-brasileira-pode-minar-crescimento-do-pais>

2 - Ilan Goldfajn. A economia a partir de 2011. Jornal O Estado de São Paulo. Economia&Negócios. – 04 Jan. 2011. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,a-economia-a-partir-de-2011.49585.o.htm>

3 - Amilton Aquino. Os desafios do pós-Lula (macroeconomia). Visão Panorâmica – 10 out. 2010. Se a dívida interna atual continuasse sendo contabilizada com a mesma metodologia empregada no governo FHC, já teria ultrapassado a casa de R\$ 2,3 trilhões, em agosto de 2010. Se quiser conferir, consulte a planilha “Divggp.xls” no site do Banco Central: <http://www.bcb.gov.br/?DIVIDADLSP>. Disponível em <http://visaopanoramica.wordpress.com/tag/divida-publica/>

Heranças, Constatações e Preocupações do Brasil 2011

sabilidade fiscal. Houve excesso de criatividade contábil, que comprometeu anos de construção de credibilidade fiscal.

Relativo à Dívida Pública Bruta, o inchaço avoluma-se. Em novembro de 2010, ela foi registrada em R\$ 1,66 trilhão³. Vale salientar que o orçamento para 2011 é de R\$ 2,07 trilhões. Urge direcionar o Orçamento para a lógica dos interesses e necessidades do povo brasileiro.

Sobre a questão internacional, pelo escrito no discurso de abertura, a nova Presidente continuará privilegiando as relações com os países amigos, mas sua prioridade será manter e, se possível, ampliar os negócios com o Mercosul e a Unasul, assim como expandir a cooperação com esses entes.

Parafrazeando Guimarães Rosa (citado por Dilma no seu discurso): o correr da vida embrulha tudo... O que ela quer da gente é coragem.

Os próximos doze meses ratificarão as palavras aqui expressas ou embrulharão tudo.

Generosidade, criatividade, tolerância, AMOR, ordem e progresso.

Até janeiro de 2012 ■

A NOTÍCIA NA MIRA

João Victorino
Jornalista
fevijo@gmail.com

Nos últimos tempos, os meios de comunicação têm vivido o sobressalto de uma propalada intervenção no setor. Nunca se viu nada igual na história do jornalismo no Brasil.

Na base do disse-me-disse, comenta-se que o material a ser publicado em todos os órgãos de imprensa passaria por um crivo, ou melhor, teria que obedecer aos ditames estabelecidos por uma equipe aboletada nos braços do governo federal. O temor corre as redações com a mesma velocidade de um furo de reportagem.

Esse clima de tensão vem sendo amenizado com as declarações de autoridades brasileiras, que têm se mostrado contrárias a essa possibilidade. O Desembargador Ricardo Lewandowski, por exemplo, ao comentar o resultado da eleição presidencial, na noite de 30 de outubro, enalteceu o comportamento da população brasileira, a imprescindível cooperação das Forças Armadas e, por fim, afirmou que sem uma imprensa livre não poderia haver democracia. Esse pronunciamento ecoou fundo nas principais redações dos nossos jornais.

No seu primeiro discurso, após ser proclamada oficialmente a nova Presidente da República, Dilma Rousseff ressaltou: – Digo e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras.

Ao comentar essa declaração, o jornalista William Waack enfatizou que são muito importantes as cobranças feitas pela imprensa aos atos do governo: – As críticas do jornalismo livre ajudam o país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório.

Aos primeiros sinais de que havia um grupo no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva pretendendo estabelecer uma série de normas para a veiculação de noticiário, pelos mais diversos órgãos de im-

pressão, o ex-Ministro das Comunicações, o Deputado Miro Teixeira iniciou uma forte campanha para que isso não fosse levado adiante, afirmando que o Brasil não precisava de marco regulatório em muitas áreas, especialmente nesta. Chegou a ser até um pouco mordaz dizendo que as autoridades sempre se irritam com a imprensa, e que gostam de elogios e não de notícias.

De imediato, jornalistas e empresários do setor começaram a apontar os problemas que poderiam advir dessa pretendida ‘mordaça’. Um grupo de profissionais alinhados com a Associação Nacional de Jornais é favorável à idéia de ser criado um Conselho de Autoregulação da Mídia, para punir e pressionar jornais e jornalistas a ‘andar na linha’, a exemplo do que já ocorre com a área publicitária, que pune a veiculação de anúncios que considere impróprios ou ofensivos. Esse grupo ‘bate na tecla’ de que a liberdade de imprensa não pertence à imprensa, mas a toda a sociedade.

No entanto, renomados jornalistas logo se puseram contrários a essa idéia, alegando que nem as autoridades, nem os anunciantes, deveriam ter o poder de suprimir a publicação de uma informação apenas porque pode contrariar seus interesses. Acha que esse poder de ‘controle social’ deve ser exercido única e exclusivamente pelos leitores, rejeitando toda publicação que possa lhe dar a sensação de não ser confiável.

Em toda a história do jornalismo político no Brasil, bem poucas pessoas foram tão prestigiadas como o ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva, mas nem por isso os profissionais deixaram de receber um

DOS POLÍTICOS

bom ‘pito’: – Os meios de comunicação confundem crítica com o cerceamento de liberdade de imprensa. É a coisa mais absurda e pobre, do ponto de vista teórico, alguém achar que não pode receber crítica. Nunca pedi para falarem bem de mim. Nunca pedi para fazerem matérias falando bem de mim. Só quero que falem a verdade.

Ao participar de uma mesa redonda num seminário promovido pela TV Cultura, em São Paulo, o jornalista e professor da USP, Eugênio Bucci afirmou que via duas sérias ameaças à liberdade de imprensa: a censura judicial e o aumento da publicidade oficial. Na oportunidade comentou que o governo federal vinha aplicando uma verba ‘mastodôntica’ para financiar pequenos jornais regionais e também abastecendo as emissoras públicas de rádio e televisão. Ressaltou que as verbas cresciam numa velocidade vertiginosa, o que considerava uma promiscuidade muito grande.

Nesse mesmo seminário, o Ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal disse que setores do Judiciário atuam como se a Lei de Imprensa ainda estivesse vigorando, apesar de o texto ter sido derrubado pelo STF:

– O Poder Judiciário está se comportando de forma saudosista. Não como um todo. Há nichos que parecem laborar no passado, quando estava em vigor a mal-afamada Lei de Imprensa – 5.204 –, autoritária, consagrada de um projeto de poder e inimiga da liberdade de imprensa. Ela foi sepultada de ponta a ponta, não sobrou nada, pedra sobre pedra.

O Ministro do STF deixou claro ser contrário a qualquer tipo de regulamentação do exercício da liberdade de imprensa, que considera ter na Constituição sua lei orgânica. Na oportunidade comentou que não vê impedimento para que venham a ser criadas leis para tratar excessos ou abusos.

O sociólogo Demétrio Magnoli, também presente ao seminário da TV Cultura, mencionou que os interesses políticos do governo do Presidente Lula vinham contaminando o que deveria ser uma discussão de Estado:

– O Governo tem a obrigação de garantir a concorrência em setores da economia. Mas, quando se trata de informação e jornalismo, o Governo é lado. O papel da imprensa é criticar o governo, seja este, o anterior, o atual, ou o próximo.

A liberdade de expressão é um direito humano inalienável e essencial para as sociedades democráticas. A luta por esse clima foi confirmada pelo Brasil quando endossou a Declaração de Chapultepec, em agosto de 1996, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e reafirmada em maio de 2006 pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A Associação Nacional dos Jornais tem sido reconhecida nacional e internacionalmente como uma referência na liberdade de imprensa no país. Acompanha, denuncia, investiga, solicita providências e se manifesta em defesa da plena liberdade de expressão.

Enquanto os atuais governantes da Venezuela e da Argentina vêm utilizando os mais diversos mecanismos para tolher a livre atuação da imprensa, o Presidente do Chile, Sebastián Piñera afirmou que:

– A liberdade de expressão é fundamental. Ainda que ela incomode. É preciso respeitá-la, protegê-la e nunca cair na tentação de pensar que só o Governo tem razão. Isso leva ao totalitarismo. Aqueles que não crêem, de verdade, no valor da liberdade e da democracia sempre vão desconfiar da liberdade de expressão e dar um jeito de restringi-la.

Ao prestar juramento no Congresso Nacional, como a nova Presidente da República, Dilma Rousseff reafirmou que

não admite qualquer tipo de controle de conteúdo da mídia. Foi ainda mais enfática ao dizer que reafirmava o seu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião. Esse também foi o tom adotado pela jornalista Helena Chagas, ao assumir a Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Apesar de todas essas promessas, existe um grupo político com estreitas ligações com o Governo, que vem incentivando os políticos a observarem os conselhos de uma cartilha, que em linhas gerais sugere maior prestígio aos órgãos de imprensa regionais do que aos de âmbito nacional ■



JEAN RUSTIN
Two Women
with an Electric
Light Bulb

“Tudo tem seu tempo,
há um momento
oportuno para cada
empreendimento
debaixo do céu.”
Ecl 3,1

Muita polêmica aconteceu quando da criação do Ministério da Defesa (MD) e da extinção do antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e dos Ministérios Militares. Hoje, apesar do passar do tempo sob a nova estrutura, ainda há quem defenda o retorno à condição passada, analisando o problema sob a ótica exclusivamente política.

Seria interessante, contudo, pensar sob o enfoque do preparo e emprego das Forças Armadas, de acordo com a finalidade prevista na Constituição Federal. As Forças Armadas existem, na essência, para “fazer a guerra” em defesa dos lícitos interesses da Pátria, não importando qual seja o inimigo focado pelos poderes constituídos. É mister que, quando acionadas, atuem de maneira coordenada e sinérgica de modo a alcançar o sucesso na empreitada, ou seja, as campanhas aérea, naval e terrestre necessariamente deverão ser concebidas em conjunto e executadas em sintonia. A adoção de premissas diferentes desta resultará em fracasso imperdoável.

Uma análise concisa do relacionamento entre as Forças Singulares antes do surgimento do MD, pois, aplica-se ao tema com bastante propriedade.

Depois de campanha empolgante e exitosa, desenvolvida pelos meios de comunicação, com grande aceitação popular, criou-se, em 1941, o Ministério da Aeronáutica, com ascendência sobre os meios aéreos civis e militares, seguindo a premissa de que o Poder Aéreo deveria ser uno e indivisível. Nascia, em consequência, a Força Aérea Brasileira (FAB), braço armado da Aeronáutica, resultante da união dos recursos materiais e humanos das extintas Aviação Naval e Aviação do Exército. De imediato, a nova Força foi testada em combate, nos céus italianos, durante a 2ª Guerra Mundial, com a participação do 1º Grupo de Aviação de Caça. Em consequência desse engajamento, a doutrina de emprego da FAB, durante muito tempo, refletiu os padrões incorporados na campanha da Itália na II Guerra Mundial, quando o seu papel, destacado pela excelência dos resultados obtidos, foi eminentemente de apoio às ações de superfície.

A modificação estrutural de 1941, cujas bases estavam fincadas em terra, somada à vivência europeia, não podiam ter consequência diferente para a convivência entre as Forças: a FAB incorporou

a condição de ser a aviação das Forças de Superfície e estas passaram a vê-la como arma de apoio, embora reagissem de maneiras diversas ao fato de não contarem com meios aéreos próprios, condição com a qual nunca se conformaram. Esse paradigma gerou crises diversas no nível político, além de influenciar as concepções estratégicas militares, o planejamento estratégico militar de alto nível, a concepção da Estrutura Militar de Guerra, a alocação de meios aéreos de asas fixas ou rotativas, o planejamento e a execução de exercícios conjuntos e combinados, com resultados negativos para a desejada integração em situações de emprego reais ou simuladas. Ainda que de maneira suavizada, o imbróglcio perdurou ao longo de todo o Século XX, mesmo com o advento da Aviação de Defesa Aérea e do Sistema Integrado de Defesa Aérea e de Controle do Espaço Aéreo (SISDACTA), da reativação das aviações suprimidas com a criação do Ministério da Aeronáutica e apesar dos esforços de integração da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica junto às congêneres da Marinha e do Exército. Na prática, os planejamentos dos exercícios maiores das Forças de Superfície, em suas fases iniciais, concebiam-se nos seus Estados-Maiores ou Grandes Comandos, sem a participação da Aeronáutica para

tratar das particularidades concernentes ao emprego do Poder Aéreo, ficando a FAB a reboque das decisões tomadas por aqueles escalões nas fases posteriores.

Que fazer para superar as idiosincrasias?

A criação do Ministério da Defesa, a meu ver, foi a resposta adequada à questão, vindo a constituir marco fundamental de uma nova etapa para o Poder Militar Brasileiro.

É recompensante perceber que, atualmente, a despeito das críticas dos saudosistas, a cada dia que passa, ficam mais distantes os tempos em que cada Força Singular, por mais que participasse de eventos com as demais, agia de acordo com os seus interesses, sem que o órgão outrora encarregado de integrá-las, o Estado-Maior das Forças Armadas, conseguisse mudar aquele *status-quo*. O exemplo maior a comprovar a afirmação era a antiga Estrutura Militar de Guerra, testada em diversos exercícios na carta e no terreno, a qual se mostrava de difícil aceitação, pelo menos no tocante à FAB, já que implicava na dispersão dos meios aéreos disponíveis sob comandos distintos e acabava refletindo negativamente nas ações de preparo e emprego do Poder Militar como um todo.

O Ministério da Defesa é um órgão que vem se consolidando como primordial para a integração das Forças Singulares, ao atualizar a própria estrutura, ao determinar objetivos comuns e ao estabelecer procedimentos de coordenação, tanto em termos logísticos, como operacionais, com a finalidade maior de propiciar-lhes a necessária prontidão para agir com efetividade em caso de conflitos. Age, de fato, como catalisador das diferenças.

É evidente, contudo, que ainda há muitos acertos pendentes para que o MD atinja a condição adequada ao cumprimento da sua missão, até mesmo porque a conjuntura muda constantemente, cabendo aos seus integrantes, em coordenação com os demais atores envolvidos no trato com os temas de Defesa, a implementação dos ajustes convenientes para que o Poder Militar seja aplicado de maneira transparente, econômica e eficaz. Por se tratar de órgão que lida com problemas vitais para o Estado brasileiro, a blindagem contra a influência de correntes ideológicas distintas, por exemplo, é fator que não deve ser desprezado ao se burilarem estruturas, normas e procedimentos, sob pena de graves prejuízos à segurança e à integridade nacionais. Outros aspectos a evitar

são a duplicidade de meios, organizações e tarefas, bem como o desbalanceamento entre os objetivos traçados pela Política e os recursos disponibilizados pela Estratégia, sejam eles orçamentários ou de qualquer natureza.

Concluindo: a consolidação do Ministério da Defesa, analisada do ponto de vista operacional da Força Aérea Brasileira, é condição essencial à atuação coordenada e integrada das Forças Armadas em situações de possíveis conflitos externos, como na garantia da lei e da ordem, quando acionada pelos poderes constituídos. Representa, também, oportunidade única para que a FAB corte definitivamente o cordão umbilical com as Forças de origem, rompendo o antigo paradigma, porém consciente da importância do perfeito entendimento com elas, sempre que o emprego do Poder Militar se torne imprescindível. Com o aval do já não tão novo Ministério da Defesa, a execução dos exercícios patrocinados pelo Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), os quais contam com a participação de Forças Aéreas de países amigos das Américas e da Europa, dentro de concepções modernas de emprego, debaixo de estruturas de comando combinado, comprova o acerto das mudanças em curso ■



ANTONY GORMLEY
A Case for an Angel II

Maj Brig Ar Antonio Luiz Rodrigues Dias
antonioluiz.dias@gmail.com

Ministério da Defesa: a Mudança de Paradigma

RIO 2011

5º JOGOS MUNDIAIS MILITARES DO CISM



Paula Araújo
Redação

O 5º Jogos Mundiais Militares do CISM, também chamados de Jogos da Paz, serão realizados na cidade do Rio de Janeiro, entre 16 e 24 de Julho de 2011, e já é considerado o maior evento esportivo militar já feito no Brasil e terceiro maior evento esportivo mundial, ficando atrás apenas das Olimpíadas e dos Jogos Pan-Americanos.

Será organizado pelo CISM junto ao Ministério da Defesa, com parceria do Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Comitê Olímpico Brasileiro, Confederações e Federações Desportivas, Comissões de Desportos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e da Comissão Desportiva Militar do Brasil.

Fundado em 18 de fevereiro de 1948, o CISM – Conseil International du Sport Militaire – é uma organização multidisciplinar cujo objetivo é promover atividades desportivas entre as Forças Armadas como um meio de fortalecer a Paz Mundial e a amizade entre os povos. Seu lema: “Amizade através do Esporte”.

Atualmente o CISM possui 133 países

membros e é a terceira maior instituição desportiva mundial. De quatro em quatro anos, promove os Jogos Mundiais Militares.

A escolha da cidade sede dos Jogos Mundiais Militares foi feita em 2007, e o ponto decisivo para a vitória brasileira, foi a infraestrutura dos jogos Pan-Americanos, realizado no mesmo ano da escolha, como o estádio João Havelange, o parque aquático Maria Lenk além da utilização de instalações militares.

Dentre cerca de 8 mil participantes, sendo 6 mil atletas e 2 mil delegados de mais de 100 países, o Brasil deverá participar com 250 atletas e estará presente em todas as modalidades.

Serão disputadas 21 modalidades, entre masculinas e femininas, sendo elas atletismo, maratona, hipismo, pentatlo aeronáutico, tiro, basquete, judô, pentatlo militar, triatlo, boxe, natação, pentatlo moderno, vela, esgrima, orientação, pentatlo naval, vôlei, futebol, paraquedismo, taekwondo e pela primeira vez, vôlei de praia.

Os atletas ficarão hospedados em três vilas: Branca, localizada em Campo Grande, Azul, no Campo dos Afonsos e



PRIMEIRO

Jogos Mundiais de Cadetes

Roberto Hippolyto da Costa
Guarda-Marinha



No período de 17 a 24 de outubro de 2010, foi realizado o **Primeiro Jogos Mundiais de Cadetes** em Ancara-Turquia, com o tema FRIENDSHIP THROUGH SPORTS (amizade através do esporte), organizado pelo CISM.

O evento teve a participação de diversos países da América do Sul, Europa e Ásia. Cadetes do mundo inteiro ficaram alojados em um prédio na Academia Militar Turca, e competiram nas modalidades de Atletismo, Tiro, Pentatlo, Orientação e Vôlei.

Foi uma grande oportunidade que tivemos de conhecer culturas bem diversas através do contato direto com os(as) cadetes. A forma de comunicação foi a língua inglesa onde todos puderam se entender muito bem, com exceção dos russos, que se recusavam a falar inglês, mas no final deram o braço a torcer e tentaram arranhar um pouco para fazer amizade com os brasileiros nas rodas de samba ■



Verde, em Deodoro. Essas instalações, com 1206 apartamentos, serão futuramente utilizadas para a moradia de militares das três Forças.

A delegação brasileira é formada por 649 integrantes e a Aeronáutica levará para os Jogos Mundiais Militares 219 integrantes. A Comissão de Desportos da Aeronáutica, presidida pelo Maj Brig Ar Robinson Velloso Filho é responsável pelos seguintes esportes: Natação, Orientação, Pentatlo Aeronáutico e Taekwondo.

Os Jogos Mundiais Militares funcionarão como um ensaio para futuros eventos que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil, como a Copa do Mundo, em 2014 e os Jogos Olímpicos, em 2016 ■

Uma Missão



Foi no final dos anos 60. O 2/2º GT tinha pouco mais de um ano e meio de vida, mas já muitas horas voadas. O avião era o C-118, velho quadrimotor DC-6B recebido da Varig em um lote de 5 aeronaves. O QP ainda era orgânico com vários capitães, se não da mesma turma, pelo menos contemporâneos dos Afonsos. Voavam muito e a operacionalidade era no padrão COMTA+. As linhas tinham sido planejadas levando em conta as características do avião e as necessidades de levar o maior número de *pax* aos pontos de distribuição.

A LTN6 era semanal na rota Galeão (GL) / Campo Grande (CG) / Porto Velho (PV) / Manaus (MN) e volta. Era um voo que todos gostavam de fazer, pois em dois dias eram 22 horas voadas. Tinha o inconveniente da decolagem do GL às 0600P (com sorte a Kombi pegava os tripulantes em torno das 0330P). O avião escalado era o 2412, o que tinha o melhor histórico da frota, em relação a panes em viagem. Os tripulantes, dois capitães já bastante voados – o Oficial de Manutenção e o Ajudante do Esquadrão. O Radiotelegrafista

(RT) trabalhava em Operações e tinha a missão secreta de dar a um dos pilotos o Diploma de 10:00h. no avião, ao pousar em CG na volta.

Pré-voo feito pela equipe da madrugada, passageiros embarcados, táxi iniciado e tudo aparentemente normal até ser constatada pane de um dos inversores, na cabeceira da pista. Volta ao estacionamento e toda aquela correria para pegar outro no Esquadrão. Novo início e o problema se repetiu nos cheques: era o regulador de voltagem que estava queimando os inversores. Nova troca e finalmente decolagem com 2 horas de atraso.

Pouso e decolagem em CG sem problemas. Todos tentando recuperar os atrasos, o que era uma tarefa difícil, pois todos os 80 passageiros tinham que desembarcar e voltar para o avião após o término do reabastecimento.

Após o pouso em PV foi detectado que o amortecedor da bequilha havia baixado e precisava de ar comprimido. A única fonte era uma garrafa da VASP, mas o mecânico não chegaria a menos de 2 horas. Por sorte descobriram outra garrafa numa pequena oficina mecânica no pátio. Amortecedor abastecido e aparentemente tudo pronto. O pessoal de

terra do CAN era um 3º Sargento e dois Cabos, sem qualquer experiência mecânica e haviam colocado a escada dos passageiros em baixo da porta principal. Com a carga de ar do amortecedor – mudando o nivelamento do avião – rompeu uma das dobradiças que teve que ser removida para manter a porta na posição e garantir os selos de vedação. Porta fixada, bem fechada, motores acionados, pressurização checada, corte e embarque. Os passageiros foram embarcados pela porta dianteira que por ser mais alta exigiu um caixote de refrigerantes deitado na escada para acesso e demorou mais que o previsto.

A chegada a MN foi normal a despeito do atraso que seria compensado com a diminuição do período de descanso da tripulação. Com o voo no horário, o repouso seria em torno de 10 horas. Não havia possibilidade de esperar a dobradiça chegar do GL porque a porta também teria que sofrer trabalho de chapa, impossível na Base. É importante notar que embora sem operar normalmente a porta, em caso de emergência, poderia ser aberta por dentro ou por fora.

Decolagem de MN atrasada. Nosso avião estava cercado por vários comer-

de Rotina

ciais, naquele pequeno pátio do Aeroporto de Manaus (Ponta Pelada).

Pouso e decolagem em PV sem problemas a não ser a lentidão do desembarque e embarque, devido ao desnível da escada.

Ao entrar na final de CG foi constatado que a janela de refrigeração do motor (*cowl-flap*) do motor 2 não reagia e permanecia fechada. Na corrida do pouso o motor foi cortado, porém os vazamentos de óleo no motor quente geravam grande fumaça, o que mais assustava do que representava perigo real. Ao chegar ao estacionamento, seguido pelos Bombeiros e com fumaça ainda saindo do motor, houve certa confusão com a equipe do CAN, que demorou a posicionar a escada corretamente. Os passageiros foram informados que haveria um atraso técnico. A temperatura em MN na decolagem era de 30°C e com a chegada da “friagem”, CG já estava em 16° e baixando. Muitas crianças, como sempre, já reclamando do frio. Pernoite praticamente impossível.

Aí começaram os procedimentos para sanar a pane. O Capitão da manutenção tomou a frente do problema e mandou retirar o motor elétrico, supostamente, em pane. Para teste arranjaram com a

VARIG um carrinho das baterias usado como fonte de energia – 28 volts - e ligaram no motor da janela de refrigeração. O curto foi tão forte que rompeu uma das baterias e um pedaço de galalite preta atingiu o supercílio daquele Capitão que estava com o rosto metido onde não devia. Sangue para todo lado, como um *boxeur* após um forte soco. Após constatar que a visão estava intacta, a corrida foi para a Base para costurar o corte. Por sorte, o médico de plantão era o famoso Doc do PARA-SAR, ali desterrado. 8 pontos e um curativo sem prejudicar a visão levaram o problema de volta ao início: “Temos que tirar o avião e seus passageiros daqui”. (A camisa do uniforme da ida foi pescada na mala, no estado, para substituir a atual, toda vermelha). A esta altura a friagem já tinha levado a temperatura para 14°.

A solução encontrada fez jus às tradições do CAM/CAN: o motor do *cowl-flap* foi recolocado e após várias consultas aos manuais e à meteorologia, a janela de refrigeração foi frenada em uma posição intermediária que permitisse a decolagem e ficasse razoável em cruzeiro. Infelizmente os cálculos da posição ideal estavam otimistas.

Passageiros embarcados, táxi, sin-

cronia de hélice desligada e decolagem. Resumindo, sobrou temperatura na decolagem e faltou em rota. O manete do motor 2 sendo operado pelo 2P, Cel Av Raul Galbarro Vianna, ainda abatido pelo acidente e com uma quase venda. O voo já era noturno.

A missão terminou e todos chegaram bem, embora duvidando da capacidade daquele piloto avariado. Na hora de entrar na Kombi o RT lembrou-se do diploma, que tinha 10:00h. escrito em letras garrafas e o entregou a quem de direito.

Ao entrar em casa, quase meia-noite, a ideia é que todos estariam já recolhidos e as explicações ficariam para o dia seguinte. Ledo engano, pois estavam todos acordados vendo o Santos na TV e um dos meninos – 7 anos – vendo o tal diploma, berrou “Que bom pai! O Pelé acabou de fazer o gol 1000 e você já tem o papel” ■



ARAKEN
Exposição Biblioteca



Ivan Von Trompowsky Douat Taulois

Cel Av

ivantr@ms.microlink.com.br

UMA ESTÓRIA QUE AINDA NÃO FOI ESCRITA!

Eu já comecei errando. Escrevi Estória. O certo seria História.

Eu não sei explicar o porquê. Mas você tem consciência de que é testemunha de um fato histórico.

A pergunta é a de sempre: quando? Aonde? Quem?

Novembro de 1964. Praia de Tramandaí (RS), 2º ECA (Segundo Esquadrão de Controle e Alarme) e CON (Comando de Operações Navais).

Um sábado. Sol. Temperatura agradável. 2º ECA desdobrado (acampado) no litoral gaúcho.

Por que?

Para coordenar as missões de Tiro Aéreo da Unidade de Caça sediada em Canoas (Grande Porto Alegre).

Naquela manhã bonita, pousa em Tramandaí um helicóptero (Widgeon) de nossa Marinha. 9h.

Por que?

O Comando de Operações Navais estava realizando um grande Exercício (Fuzileiros Navais, Carros Anfíbios, etc.), nas praias da cidade de Rio Grande, semelhantes às do Uruguai e Argentina.

Por que?

Autonomia dos helicópteros. Vinham de Santos.

Colocaram ali um carro tanque.

Abasteciam e prosseguiram para Rio Grande.

Está bem explicado? Alguma dúvida?

Ah, eu esqueci um detalhe importante.

A distância entre o helicóptero estacionado e o acampamento do 2º ECA era pouco mais de 50 metros.

E você leitor(a), com certeza vai questionar:

– “Esse detalhe é importante?”

– “Era. Em 1964, era!”

A História!

No final de 1955 ou início de 1956, o Brasil comprara um Porta-aviões. Perfeito. Poder Naval.

Um detalhe – comprado o Porta-aviões, adquirir os meios aéreos. Que seriam operados pela Força Naval.

(Posição Doutrinária da Marinha do Brasil).

Detalhe importante (sob o ponto de

vista do Ministério da Aeronáutica):

Com a criação do Ministério da Aeronáutica (janeiro 1941), extinguiram-se as Aviações Naval e do Exército.

Os meios aéreos que equipariam o Porta-aviões seriam operados pela Força Aérea Brasileira (Posição Doutrinária do Ministério da Aeronáutica).

Leitor(a), permita lembrar-lhes:

Eram Forças singulares, orgulhosas de seu passado. Dos seus feitos.

A Marinha, mais antiga, com Barroso enfrentando a terrível passagem de Humaitá, vencendo-a, permitindo a livre navegação para apoio às tropas da Tríplice Aliança.

Essa Marinha do Brasil, já agora, nos dias de ontem, na brilhante Campanha

Anti-submarino do Atlântico Sul, durante a II Guerra Mundial.

E o mais importante. “Combinados”, somando, com aeronaves Catalina e Ventura, de nossa Força Aérea.

Que havia cruzado o Atlântico, com Nero Moura e seu 1º GAvCa, na Campanha memorável nos céus da Itália.

Mas um helicóptero da Marinha estava pousado. E o oficial mais antigo naquele acampamento, Capitão Aviador, segue a risca o roteiro estabelecido.

Pouco inteligente, é verdade!

“Aeronaves da Marinha são considerados ‘Objetos Voadores Não Identificados’ – (OVNIS), sendo passíveis, etc., etc., etc.!”

– “O helicóptero não decola!”

Comunicação difícil naqueles tempos.

2º ECA, Base Aérea de Gravataí, 5ª Zona Aérea, Ministro da Aeronáutica.

Leitor(a), se você está pensando em telefone, pense pouco. Ainda não havia Embratel, Satélites.

Rádio. Muito rádio (Ondas Curtas).

1h depois, chegou a resposta.

– “Pode decolar!”

Maravilha. Nada aconteceu. Quase.

Leitor(a), todos os envolvidos sabiam que um dia aconteceria.

Eu vou abrir um parêntese.

No decorrer desse artigo, farei críticas duras ao nosso Ministério. Mas não imagine nossa Marinha uma vestal virgem, com a sua túnica branca. Não! A nossa Marinha, desde o início, usou e abusou de um termo inventado pelos franceses há 200 anos: *Fait accompli*. Fato consumado!

– “Não pode comprar aeronaves? Compra!”

– “Não pode fazer cursos no exterior? Faz!”

– “Não pode voar? Voa!”

Fecha parêntese.

Às 11h daquele dia, pousa um 2º helicóptero.

E aqui, inicia o meu conto. Ele tem somente dois personagens. Um Oficial Aviador da Marinha e um Oficial Aviador da Força Aérea. Todos os demais envolvidos serão meros coadjuvantes.

Não tenham nenhuma dúvida dessa afirmativa. É a história, sempre ela, que conta a verdade.

Quais foram os coadjuvantes?

Três(3) Presidentes da República, dois(2) 1º Ministros (Parlamentarismo) e uma dezena de Ministros Militares.

No outro prato da balança, dois jovens!

Eles serão, ao longo daquele dia, protagonistas de um espetáculo medíocre, mal dirigido e mal concebido.

O acaso, o destino, colocou-os frente a frente. E eles irão se defrontar. Por sorte, o fizeram de uma maneira inteligente. Pelo diálogo. Um diálogo tenso. Em frases

pausadas. Em voz baixa, contidas, nuas, respeitosas.

Leitor(a), eu afirmo que esse diálogo se iguala, se ombréia, aos maiores de nossa História Militar.

– “A bala!” (Floriano Peixoto, respondendo ao Embaixador Inglês, como seriam recebidos os Navios de Guerra Ingleses, ao entrarem na Baía da Guanabara – Questão Christie).

Mas um segundo helicóptero havia pousado. O mesmo roteiro se repetiu. 2º ECA, Base Aérea, etc., etc.!

Trinta, quarenta minutos depois, a resposta:

– “O helicóptero não decola!”

Agora era uma decisão de Brasília. Do Ministro da Aeronáutica!

Eu imagino, é fácil imaginar, que o Capitão Aviador tenha pedido confirmação daquela ordem.

– “O helicóptero não decola!”

O Capitão Aviador inicia sua caminhada até o helicóptero.

50 metros. É a distância de uma piscina olímpica. 50 metros.

Ele caminhou. A distância era maior do que ele imaginava. Ele apressou os passos. A tripulação preparava-se para a partida do motor. O mecânico, “plugado” com a cabine dos pilotos através de um longo fio para a “livre partida”.

Ele chega. O piloto do helicóptero estava se preparando para embarcar.

Ele diz:

– “Comandante (era um Capitão do Corveta), eu tenho ordens para não deixá-lo decolar”.

Há um tempo. Enorme (cinco, dez segundos). O Oficial Aviador da Marinha, em voz baixa, pausada, pergunta:

– “Quem lhe deu essa ordem?”

– “Meu Comandante.”

Um tempo.

– “Capitão, eu tenho uma ‘Ordem de Missão’, assinada pelo meu Comandante, que me autoriza a decolar. E eu vou cumpri-la!”

Silêncio. Uma eternidade.

– “Capitão, hoje nós vamos resolver

essa merda! Você tem uma ordem para que eu não decole. Eu tenho uma ordem para decolar. Eu vou cumprir a minha, e você vai cumprir a sua.”

Leitor(a), eu escrevi que esse diálogo se iguala aos maiores de nossa História Militar. Não errei!

Ele entra, e se amarra.

Rádios ligados, diz:

– “Livre partida?”

– O mecânico diz:

– “Livre”.

O Capitão Aviador se aproxima da janela, e diz:

– “Eu não vou deixá-lo decolar”.

Ele responde:

– “Eu sei, mas eu vou decolar”!

O motor gira. Pegou. Aquele barulho que todos conhecem.

O Capitão Aviador pede uma arma. Entregam-lhe um fuzil M1 “qualquer coisa”, americano, de repetição, quinze cartuchos.

Ele caminha até o “rabo” do helicóptero.

O “rotor de cauda”. Ele atira. Erra. Na primeira tentativa.

Atira a 2ª vez. Acerta.

O mecânico diz:

– “A Aeronave danificada”.

O piloto pergunta:

– “Confirma a impossibilidade de decolagem?”

– “Positivo. Rotor de cauda danificado!”

Ele corta o motor.

Desce. Frente a frente, com o Capitão Aviador, diz:

– “Você me consegue uma viatura para nos levar até a cidade de Tramandaí?”

A viatura chega. Um Jeep. Sem capota.

Os dois mecânicos, após colocarem os pertences pessoais no pequeno espaço traseiro da viatura, embarcam.

Os dois pilotos aguardavam lado a lado, em silêncio.

Esses diálogos me foram relatados poucos dias depois pelo Capitão Aviador.

– “Ficamos em silêncio. Ninguém

falou. Quando tudo ficou pronto, nos posicionamos frente a frente.”

Um centésimo de segundo!

Você ganha ou perde uma prova, por essa enorme fração de tempo.

– “Decidimos! Nos demos a mão.

Um aperto forte de mão. Em silêncio, nos despedimos”!

A História

48 horas depois, o Presidente da República (Castelo Branco), decide:

“A Marinha voaria os helicópteros, e a Força Aérea, as Aeronaves P-16.”

E Eduardo Gomes era o novo Ministro da Aeronáutica!

Leitor, eu prometi a mim mesmo, quando resolvi escrever esse conto, que não citaria o nome desses dois jovens aviadores.

Não me arrependo. Pelo contrário, foi um acerto.

Citando-os, eu ficaria limitado a dois nomes, E eles são muitos. Centenas e centenas em suas Forças singulares. Com as mesmas características. Eles são jovens, bonitos, corajosos, voluntariosos, ainda acreditando nas “coisas”, e o mais importante, “namorados de suas companheiras”!

Nesse quesito eles são invencíveis!

Essa palavra, inserida nesse contexto, eu ouvi pela primeira vez de Guarany. O mito, o idealizador, o criador do PARA-SAR. Ele nos visitando em Brasília. Estava vindo de uma missão na Amazônia. Em algum momento, me referi a Elianinha como minha esposa. Ele me corrigiu:

– “Trompowsky, Eliana é mais do que sua esposa. Ela é sua companheira!”

Roberto Ipiranga dos Guarany.

Tinha orgulho em contar que sua avó fora uma índia Guarany.

Era bonito pra cacete!

Eu conheci três ou quatro de suas mulheres.

Sabia das coisas.

E faz uma falta danada!

Eu acho que vale um *A La Chasse!* ■

Procura-se um AVIADOR



Autor desconhecido

Procura-se um aviador. Nem jovem nem velho, apenas antigo. Que tenha sensibilidade para lidar comigo e compreenda minhas manias, pois já estive à beira do desaparecimento e fui ressuscitado – ou restaurado – como dizem por aí... Cada novo pedaço de tela, cada nervura, representa cicatrizes dos lanhos de uma vida de voos e pousos, mais rangidos, estalidos e tendências deste meu corpo – ou fuselagem...

Meu piloto poderá falar quando quiser, mas, sobretudo, terá que saber escutar, ouvir e entender os sons que sou capaz de emitir: como o assobio do vento relativo nos meus montantes e estais; o ronco do meu fiel motor que, às vezes, espouca e tosse, com um bafo de fumaça azulada.

Procura-se um humano que compreenda meus códigos, que talvez sejam mensagens diluídas pelo tempo e remanescentes de aviadores antigos que me conduziram, ou a outros iguais a mim.

Procura-se um aviador que não se importe com meu cheiro de dope, graxa e gasolina, também não se melindre quando eu o respingar de óleo. Deverá ainda saber usar a bússola e ler uma carta seccional, reconhecendo referências no terreno, compensando o vento e mantendo a rota, sem precisar de mostradores elétricos.

Este piloto decerto apreciará as pistas de grama e cascalho.

O aviador que procuro deverá saber extasiar-se com minhas antiquadas *chandelles*, *turneaux* e *loopings*, apenas alegres e espontâneos bailados, sem pretensão a aplausos ou troféus.

Procura-se um aviador que tenha prazer de voar a qualquer hora, mas preferindo decolar ao nascer do sol, ou conduzir-me nas luzes mágicas do sol poente. Meu piloto será um saudosista por certo, sobrevivente do tempo em que um avião era um avião, e não um foguete com asas, recheado de automatismos.

Este piloto será tido como esquisito, pois será reservado e escondido, numa surrada jaqueta manchada de óleo. Será encontrado, junto com poucos iguais a ele, numa boa conversa de hangar.

O aviador que vier por este anúncio será aquele que procure poesia na aviação.

Procura-se este aviador raro, que tenha carinho por mim, a despeito de minha idade, e que, principalmente, não permita que lhe arranquem o romantismo.

Interessados dirijem-se ao Hangar da Saudade, no Campo dos Sonhos, procurar pelo velho, porém majestoso, North American Texan T-6, mais conhecido por “Temeia” ■



Turma Campo dos Afonsos JUBILEU DE OURO

Renato Lamounier
Cel Av
rplamounier@globo.com



A Turma de 1961 faz a homenagem de praxe, agrupada à frente do Prédio do Corpo de Cadetes

“Quando orientas a proa visionária em direção a uma estrela e desdobras as asas para atingir tal excelsitude inacessível, ansioso de perfeição e rebelde à mediocridade, levas em ti a chama imorredoura de um Ideal. É áscua sagrada capaz de te preparar para grandes ações. Cuide-a bem, pois se ela se apagar jamais se reacenderá. E se ele morrer em ti ficarás inerte, fria bazófia humana.”

José Ingenieros, em O Homem Mediocre

As comemorações de turmas nas suas datas significativas nada têm de inédito ou exclusividade do acontecimento. Ao contrário, é uma salutar e importante iniciativa, quase que rotineira, cultivada por todos aqueles que passaram pelas escolas de formação da Força Aérea Brasileira, bem como em todos os segmentos da sociedade no Brasil e pelo mundo afora, pelos que têm orgulho da sua profissão, da sua instituição e do seu grupo humano.

Portanto, nada de novidade ou de excepcional no fato objeto deste relato,

a não ser a necessidade de registrá-lo na nossa Revista Aeronáutica como lídima depositária da História da Aeronáutica Brasileira, da qual esta turma, como todas as demais, não só faz parte, mas que, também e, sobretudo, ajudou a construir sobre os inabaláveis alicerces do esforço, da dedicação e do firme propósito de bem servi-la por simples e inalienável coerência com o Ideal que há 50 anos animava, como ainda, hoje, anima, os Aspirantes a Oficial declarados em 14 de janeiro de 1961 no lendário Campo dos Afonsos.

A reunião levada a efeito na UNIFA,



As incansáveis apoiadoras do nosso ideal

Ten Brig Ar Taveira coloca flores na Galeria do Cadete Imortal



evocando o cenário da então Escola de Aeronáutica, ocorreu no dia 15 de Janeiro de 2011 e teve, além de tudo o mais, a intenção de, cultuando aquele imorredouro Ideal, reforçar o espírito de corpo (não confundir com corporativismo) como uma das mais belas e puras virtudes de uma coletividade e capaz de levá-la à realização de grandes e benéficos feitos.

A contribuição da turma de 1960 (conhecida como 1ª série de 1961, numa bem humorada alusão ao VW – Fusca que, na incipiente indústria automobilística nacional não tinha a 1ª marcha sincronizada) para a já mencionada construção da Aeronáutica Brasileira – a qual, num sentido muito mais amplo, vai muito além da nossa venerada Força Aérea – pode ser expressa pelas memoráveis realizações de muitos de seus integrantes nas Organizações Militares nas Unidades Aéreas, nas Instituições de Ensino e nas Grandes Unidades onde, como simples parte do efetivo ou como Comandantes, deixaram marcas profundas de suas passagens, sempre lembradas pelos seus contemporâneos como o mais vivo e fidedigno testemunho do seu trabalho.

Em benefício da brevidade, por impossível abranger todos, busca-se, por prudência e justiça, simbolizar este sucesso na figura dos Oficiais Generais que a ela pertencem, sintetizando nos três “Quatro Estrelas” a elevada competência com que registraram a sua profícua e exemplar passagem, um deles pelo ITA quando lá conquistou o restrito laurel *Magna cum Lauda*, deixando mais tarde, como precioso legado, a implantação do Curso de Pilotos de Ensaio no CTA. Outro, mercê de sua inteligência, serenidade e conhecimento jurídico, honrou o Superior Tribunal Militar como um dos seus Ministros melhor preparados. O terceiro deles consagrou-se no brilhante, admirado e respeitado desempenho da hercúlea tarefa de, como seu Diretor, tornar o Projeto SIVAM a exitosa realidade de hoje.

Sob esta emblemática inspiração, todos os Oficiais “da malditinha” (assim carinhosamente referida devido à sua marcante presença em todos os segmentos da nossa Aeronáutica) souberam dar, cada um no seu tempo e espaço, a sua parcela para que hoje todos possam dizer junto

com suas famílias: foi bom, muito bom. Valeu à pena!

Por último, mas não menos importante, faz-se necessário lembrar ter sido esta turma a primeira “Turma de Alunos Aviadores”, quando, em 1957, realizaram a instrução de voo como Alunos do 3º Ano da EPCAR, sendo, também, a última turma de Cadetes a voar o incomparavelmente lindo e romântico PT-19 Fairchild. Deste Alpha ao Ômega ficou o registro histórico de uma experiência consubstanciada na criação do Estágio de Seleção de Pilotos Militares naquele longínquo ano de 1957 e cujos frutos seriam colhidos, 11 anos mais tarde, em igual, porém mais ampla realização, com o Centro de Formação de Pilotos Militares em Natal – RN. Mas..., esta é outra história, com seus acertos e erros, sobre a qual os pesquisadores já começam a se debruçar.

E, tomando emprestado de Carl Sagan, diremos mais, agora a todos os pares da maravilhosa instituição que nos acolheu neste meio século de vida profissional:

“Diante da imensidão do espaço e da infinidade do tempo foi um privilégio conviver convosco neste lugar e nesta hora” ■



A Turma festeja junto à querida aeronave de treinamento da época: o PT-19 Fairchild

João Nunes
(1877-1951)

A INTELLIGENCIA



BRUNO CIVITICO
Allegory of the Senses

MUSICAL*

Reprodução do Capítulo I da Tese defendida pelo autor, pianista e maestro maranhense, ano de 1914 no Rio de Janeiro, com a Ortografia Oficial da época preservada pela Revista Aeronáutica e enviada pelo seu filho, Ten Brig Ar João Soares Nunes

Inúmeras são as definições de musica, desde as mais simples e infantis, tais como: “a musica é a arte de combinar os sons de maneira agradável aos ouvidos”, até as mais pretenciosas, que attribuem á musica uma função de “sciencia”.

É tão grande a variedade de sensações que a musica desperta e tão intensa e difficil de explicar a emoção que ela provoca naquelles que a sabem sentir, que os conteudos syntheticos das definições deixam sempre algo a desejar. Assim, um agrupamento de palavras, constituindo um pensamento verbal, despertará sempre a mesma idéa qualquer que seja o auditor a quem elle fór transmitido. Na musica, só as corporações militares procuram tirar partido das combinações musicaes com significação previamente estabelecida, por meio de toques de clarim.

O caracter de sciencia que alguns musicographos procuram attribuir-lhe, pelo facto de ser o phenomeno do som estudado pela acústica, é até certo ponto explicável, pois o nosso systema musical encontra suas origens na resonancia dos corpos sonoros, quando, uma série harmônica parece evidenciar a causa da preferéncia do nosso aparelho auditivo pela “consonância” e da sua aversão á “dissonância”. Esse entendimento terá, no entanto, de se estender a todas as artes.

As cores, com que lida a pintura, encontram no espectro solar o seu ponto de partida, e na chimica a explicação da sua composição; a esculptura, amoldando o gesso, talhando o marmore ou fundindo o bronze, irá encontrar na mineralogia a analyse dos elementos de que se utiliza, e na anatomia a razão de ser das suas mais arrojadas concepções.

O domínio da sciencia é a razão, imutavel nos seus princípios, inflexivel na sua lógica; o da arte, a intuição, que não se sabe onde começa e ninguém poderá dizer onde acaba.

A arte musical, entre as manifestações do saber humano, é um dos ramos em que mais se faz sentir a necessidade de uma predisposição orgânica especial, instinctiva, innacta, sem a qual será difficil, senão impossivel, que alguém venha a ser “musicico”, por

mais racional que seja a educação technica a que se submetta.

A posse das diversas modalidades dessa predisposição dá-se o nome de aptidão, a qual, alliada á vocação, conntitue elemento seguro para que se obtenha bom resultado dum estudo que será longo e trabalhoso, ericado de difficuldades technicas.

A synonymia aparente, que existe nos vocabulos “aptidão” e “vocação”, desfaz-se, sob o ponto de vista musical, a um simples esforço de reflexão.

Por vocação deve entender-se a vontade, o desejo imenso que um individuo manifesta de ser musicico. Bastará isto, porém, para que consiga sel-o? Evidentemente, não. É necessário “aptidão”, isto é, a presença de um conjunto de predicados de ordem intellectual e physica, a que uma educação racionalmente feita irá dando o necessário desenvolvimento, sem os quaes, porem, ser-lhe-á impossivel vir a ser um musicico embora medíocre.

No próprio domínio da intelligencia musical encontram-se aptidões peculiares, assim como negações absolutas. Os exemplos abundam de magníficos “virtuosi” que, como compositores, nem alcançaram a mediocridade e “vice-versa”. Pessoas ha que iniciam simultaneamente o estudo de dois instrumentos, e, enquanto fazem rapidos progressos em um delles, attingindo a um certo gráo de perfeição, no outro arrastam-se penosamente.

E o mais interessante é que, na maior parte das vezes, ellas próprias não saberão explicar o motivo dessa desigualdade de aptidão.

A existência de um certo numero de qualidades innatas, intuitivas, demonstra uma intelligencia musical, em gráo mais ou menos elevado.

Abstrahindo a necessidade dos predicados physicos necessários a cada um dos instrumentos de per si, encarando o assumpto de um modo geral, encontrar-se-á, como manifestações de intelligencia musical:

1º – A aptidão auditiva para percepção de sensações sonoras.

2º – A faculdade de differençar os sons uns dos outros, quer pela sua maior ao menor

altura, quer pelo gráo de intensidade com que são emitidos.

3º – A memória dos sons, com a faculdade de os reproduzir exactamente.

4º – A noção de rythmo, quer sob um ponto de vista geral, quer nas suas applicações musicaes.

5º – A faculdade de attribuir um sentido a um agrupamento de sons de character musical.

Schumann (1810) e Wagner (1813-1883) não demonstraram na infância predicados excepcionaes, pelos quaes se pudesse prever que possuíam uma organização musical tão maravilhosa. A dar credito, mesmo, a alguns biógraphos, o próprio Beethoven (1770-1827) iniciou os seus estudos musicaes coagido pelo pae, que, muitas vezes o castigava para obrigar-o a estudar. Estes mestres, no emtanto, alcançaram os mais altos degraos na hierarchia da arte dos sons!

A precocidade, ao contrario, não constitue signal infallivel para um julgamento futuro. Antoine Rubinstein (1829-1894), ao escrever sobre a musica e seus representantes, affirma:

“Em geral, o talento musical manifestado nas crianças de tenra idade soffre uma crise na adolescência, enfraquece e, muitas vezes desaparece para sempre. Os que vencem este período critico tornam-se grandes artistas, e por isso mesmo, o seu numero é muito restrito”.

Para quem não tiver intenções especulativas, claro é que a mais elementar das manifestações de intelligencia musical permitirá evoluir, por meio de uma educação racional, ao gráo necessário á cultura da boa musica.

Para quem se destinar, porém, a ser profissional, todas as provas de aptidão serão poucas, tendo em vista as difficuldades com que a cada passo esbarra um artista na sua evolução.

Bastará uma simples negligencia de technica, uma qualidade physica menos satisfactoria, como ouvido pouco afinado, no cantor, mãos pequenas, para o pianista, ou lábios mal conformados, para os instrumentos de sopro, para comprometter seriamente o êxito da carreira ■

Um adeus para Toninho

Maj Ar Antônio Gonçalves Moreira Neto



Diolásia de Lima Cheriegate
Jornalista
diolasia@terra.com.br

O sol brilhava e a Baía de Guanabara resplandecia naquele dia 27 de janeiro de 2011, uma quinta feira. Nós do grupo ‘Pensamento Brasileiro’ – ao todo 16, depois 17, com a chegada do Araken – nos encontrávamos no Restaurante Albamar, na Praça XV para um almoço, ocasião em que comemoraríamos os aniversários de Ângela, Moreira Neto e o meu.

A expectativa de reencontrar os amigos nos enchia de satisfação. A cada um dos confirmados que chegava, renovavam-se as alegrias, os apertos de mãos efusivos, os abraços. Esses iam chegando um após outro, menos um, o que sempre chegava antes de todos: o Toninho. Logo ele que sempre comparecia bem cedo aos encontros, para conversar um pouquinho mais com quem fosse aparecendo.

O tempo foi passando, passando, e nada de Toninho. Começamos a nos inquietar e a perguntar entre nós se alguém porventura sabia o motivo daquele atraso. Ninguém sabia nada. E o tempo continuou passando, passando, e as pessoas chegando, chegando, e nada de nada de ‘seu’ Toninho. Nem notícia. Até então, pensávamos tão somente em um corriqueiro atraso.

Estranho. Muito estranho!

Na primeira mesa, eu controlava os confirmados que chegavam, atenta, para que todos bem se acomodassem. E ali, começaram as conjecturas...

– Quem sabe o táxi do Toninho teve algum problema, hein? – É... quem sabe...

O almoço prosseguiu. Depois saberíamos o que possivelmente estivesse acontecendo ao nosso amigo.

No entanto, com a certeza de que não apareceria, logo ele que ficara tão contente com o encontro de dezembro no Clube Naval e que telefonara, mais de uma vez, agradecendo para alguns de nós pela iniciativa, a festa ficou um tantinho vazia. Sentíamos sua falta!

Enviei-lhe um torpedo, dizendo assim: “agora entendi: você está doente, eh? Q pena! Sua ausência está sendo sentida por todos”. E sem digitar meu nome, cliquei o ‘enviar’, porque naquele instante chegara a última participante da ‘festa’ e uma das aniversariantes, a Ângela, e eu me erguera de onde me encontrava para cumprimentá-la.

Deveria ser mais ou menos 13h30.

Eu mal sabia...

Bom, almoçamos, papeamos, rimos bastante, até que chegou a hora dos parabéns. E lá vem o bolo. Um lindo bolo de cobertura branca, escolhido assim por termos um cavalheiro entre os três aniversariantes. Como se o Toninho, pouco convencional como era para muitas coisas, fosse se incomodar se a cobertura tivesse a cor que tivesse, se cor de rosa, amarela, vermelha ou lilás...

Nosso músico Ernani Marones puxou o primeiro parabéns, aquele que diz assim: ‘Parabéns a você, parabéns, muitas felicidades. Muitos anos de vida, também, e sempre a nossa amizade...’ Em seguida, puxou aquele ‘parabéns’ alegrinho da Xuxa: ‘parabéns, parabéns, hoje é o seu dia...’ e,



Maj Moreira Neto canta o Hino Nacional ao final do primeiro Curso do Pensamento Brasileiro



Maj Moreira Neto sendo diplomado pelas mãos do Ten Brig Ar Vilarinho, Diretor do INCAER

por último veio, então, o ‘parabéns’ tradicional de toda festa de aniversário.

Ao terminar o espocar de estrelas das velinhas, eis que o garçom nos traz outra, pequenina, branca, dessas comuns de bolo, que acendemos e que nos fez dobrar as palmas, abraços, desejos de felicidades e risos. Nessa hora, alguém falou: “perai perai”; vamos mandar essas energias para o Toninho que ‘deve’ estar doente...”

Ângela então já exclamou: “vamos apanhá-lo amanhã e levá-lo para almoçar no late, onde sou sócia. Vamos combinar, depois.”

Mal sabíamos...!

Em seguida, sentamo-nos todos em volta das mesas, aguardando o bolo que logo foi servido. Aos primeiros ‘huun... que bolo gostoso... que delícia, quem fez?’, toca o celular do Araken. Não se passara nem cinco minutos das últimas palmas.

“Alô, alô... Cooooomo? Quem? Toninho? Mo-morreu?”

Seu semblante estampando a triste notícia nos dizia tudo.

Sim, minha gente..., Toninho partira... Era esse o motivo de seu atraso, de sua ausência. Possivelmente, em torno daqueles minutos, Toninho partira para outra dimensão! Partira de mansinho. Quietinho. Esgueirara-se de fininho para aquela dimensão em que a matéria não representa mais nada, onde não tem sentido, nem razão de ser. Toninho partira para aquela dimensão em que, finalmente, estaria para sempre isento da obrigação de alimentar um corpo físico, um corpo material, cumprindo por três vezes ao dia,

no mínimo, uma tarefa da qual não fazia a menor questão: a de escolher alimentos e ingeri-los para assim se sustentar.

Elegante e fidalgo – como sempre – sequer nos comunicara que estivesse de cama! Com certeza evitara empanar a alegria daquele encontro ou mesmo seu adiamento. Partira, provavelmente, na hora em que eu lhe enviava aquele torpedo em resposta a outro que dele recebera dias antes, dizendo que “estava de enfermeiro e que provavelmente não pudesse me ajudar ‘nessa’”. Eu pensei que esse ‘estava de enfermeiro’ queria dizer estar cuidando de alguém, prestando apoio a algum filho ou amigo. Só entendi seu real significado quando não compareceu à nossa confraternização.

A notícia nos deixou muito tristes. Os sorrisos foram se apagando, os olhos foram se enchendo d’água, a alegria sumiu de imediato e, em instantes, tudo murchou. Acabou-se o brilho. Acabou-se a festa. Ficamos no ar, meio perdidos.

Começamos os ‘como é que foi? Mas... e ele estava doente? Do que? Morreu aonde, em que hospital?’. Mas, pouco sabíamos. Sabíamos pelo telefonema que foi em casa, no descanso e sossego de seu quarto. Eu não duvido nada que assim ele tivesse programado. Toninho sabia de muitas coisas e essa, a de sua partida, claro que ele soubera com alguma antecedência, mas não quisera preocupar ninguém.

Ainda permanecemos no Albamar por algum tempo, prolongando a satisfação fraterna de estarmos juntos, inventando assunto, levando uma discussão sobre o tema ‘paixão’, tentando enganar um pouco a nossa

tristeza. Mas, aos poucos, um daqui, outro dali fomos nos despedindo, prometendo trocar informações sobre o local das últimas homenagens. E, assim o fizemos.

Adeus Toninho, adeus amigo! Você deixou conosco uma infinidade de ‘causos’, contados daquele seu jeito, ora irônico, ora com aquele menear de cabeça tão característico seu; deixou conosco um cabedal de conhecimentos os quais não se furtava de, com simplicidade, dividir conosco; deixou um grande vazio em todos os seus amigos. Deixou saudades! E deixou, também, ‘seu’ Toninho a certeza de que você era mesmo diferente. Porque, Toninho, convenhamos: aonde se viu alguém aprontar uma dessas? Morrer na véspera de seu aniversário?

Poxa, hein, Toninho? (E parece que o vejo com aquele seu sorriso ‘canto de boca’).

Mas, brincadeiras, tristezas, cobranças – como essa que lhe fazemos por ter partido um dia antes de completar seus 72 anos – e boas lembranças à parte, siga com Deus. Siga na Luz! Que a imensidão do firmamento, esse firmamento por onde você tanto transitou em seus voos; onde você sempre fez o que tanto gostava, onde, como você dizia, “sempre foi pago para fazer o que amava – voar – e que, portanto, por isso nunca trabalhou”; que esse firmamento lhe acolha num abraço de aconchego e libertação. Que o enlace em sua energia cósmica. Que em algum ponto dele você se aninhe e que, sua alma evolua sob as graças do Amor Supremo.

De Diolásia, com a presumível aprovação dos amigos do Curso do Pensamento Brasileiro ■

O SENTIDO

A primeira pergunta que o homem dirige a si mesmo é sobre quem é ele, qual o senso da sua vida, qual o fim e o valor da própria vida. Com este questionamento, ele descobre que a vida não foi uma escolha sua, mas que ela lhe foi dada. É a partir dessa reflexão que vem a primeira questão: *de onde venho?* A segunda será uma projeção de si para o futuro: *para onde vou?* Nesta tensão entre a vida dada e o futuro possível, a pessoa experimenta uma limitação do seu próprio ser e dos seus atos. Como no homem existe uma ilimitada expectativa de esperança e de contínua necessidade de superar-se, surge a terceira pergunta: *que coisa devo fazer?* Ou em paralelo: *que coisa posso esperar?* Qual o meu destino?

Esses interrogativos são decisivos na realização do homem, pois se referem à sua origem, fim, passado, presente, futuro, senso, significado e valor de tudo: pessoa, coisa, humanidade, universo inteiro. Na verdade, perguntar a si próprio se a vida tem um sentido significa perguntar se em si existe uma estrutura ontológica que lhe dê condições inteligível, compreensível, dotada de uma finalidade. A esta altura, os questionamentos virão de forma mais íntima e direta: *quem sou eu? Que sentido tem a minha vida?* O problema do senso da vida é a estrutura ontológica permanente, presente no mesmo ato da nossa existência, que existe em cada homem e que não pode ser destruído. Esse questionamento sobre si não exige apenas inteligência e razão, mas envolve a vontade, liberdade, responsabilidade e sensibilidade. Desde a antiguidade até a modernidade clássica, a primeira resposta é cercada, antes de tudo, pelo real intramundano: mundo, história e humanidade. O mundo aparece como uma realidade anterior em que o homem é apenas um processo evolutivo da matéria.

O problema aqui é que o mundo não conhece a realidade das coisas, mas o ho-

mem não só tem a capacidade de conhecer a realidade do mundo, como a si mesmo também. Isto caracteriza uma diversidade infinita entre eles. O homem é consciente de si e da realidade, enquanto que o mundo não. O homem, servindo-se da sua própria natureza, pode operar livremente sobre ela e modificar a realidade em base ao seu projeto de liberdade e vontade.

Com a sua consciência, liberdade, corporeidade, pode transformar a natureza em outro processo imanente. Com seu trabalho pode transformar, humanizar, fazer progredir o mundo e a si próprio, crescendo também como homem. Com isso, descobre a própria interioridade e subjetividade, que pensa, escolhe, decide e opera. Conhece não somente as coisas externas, mas a si mesmo, como centro unificado e contínuo: sujeito, pessoa, o eu permanente no seu ser, modificado pelos seus atos e ainda capaz de continuar modificando-os, mas não deixando de ser a si próprio.

Esse eu consciente constitui o núcleo essencial da sua existência. A originalidade da consciência consiste na experiência interior, autocompreensiva do sujeito, como sujeito dos seus atos. Como realidade, experiência e conhecimento totalmente interior não é quantitativo nem verificável empiricamente, porque transcende a coordenada do tempo e espaço. Essa inacessibilidade em verificar empiricamente as coisas, impede de explicar a origem, limitando-se somente ao processo da matéria. Somente o elemento liberdade é que torna possível o elemento novo e descontínuo. Isso não diz respeito somente aos atos externos, mas prioritariamente ao eu e a sua suprema interioridade. Outrossim, os atos livres não explicados somente através da liberdade, porque a liberdade para transcender o seu próprio sujeito, evidencia o grande paradoxo do homem que é o seu incessante transcendecer-se.

Existência e liberdade não são criadas por ele e tão pouco se lhe é dado por si, mas o recebe como dom que deve responder (responsabilidade). Por isso a liberdade é indissolúvelmente dada com responsabilidade, mas, *por quem e para quem?* Não pode ser para a natureza e o mundo que são inferiores ao homem. Não pode ser para si ou para outro, pois são seres iguais. A responsabilidade só pode existir para alguém com princípio, transcendente, pessoal, absoluto, superior ao homem.

Esta alteridade é de comunhão e não de subordinação. Isto diferencia o homem das coisas. A presença de outro (pessoa) interpela incondicionalmente a liberdade pessoal, porque o eu sai de si mesmo, abrindo-se ao outro, aceitando-o, propõe e pergunta, sem pretender impor qualquer coisa. Somente deste modo se pode reconhecer o valor incondicional e inviolável do outro, como pessoa, ou seja, expressão de amor. A suprema proclamação de valor do outro está na oferta da própria vida para salvar o outro. Como autotranscendência, essa é mais pura e elevada atuação da liberdade. Este é o vínculo ontológico que une solidariamente cada homem na humanidade.

O princípio e o fim da liberdade humana coincidem na idêntica realidade transcendente. O fundamento último, princípio e centro comum das relações interpessoais da solidariedade comum, não deve ser outro que não o amor originário, absoluto, transcendente, pessoal e livre, ou seja, Deus. É a abertura do homem à Revelação.

Outro problema, anterior ainda a esta questão, é a interrupção da vida, destruição do projeto e do futuro do homem, que se dá através da morte. Essa reduz a vida a um simplesmente viver-morrer. Contradiz a vida como essencial querer-viver, como viver de e para o futuro e como projetar-se adiante. A morte é a negação absoluta e certa. É uma contingência

DA VIDA

insuperável. A experiência desse não-viver, do nada, do aniquilamento, próprio da morte, faz com que a vida do homem se torne enigmática. O homem deixa de ser a si próprio. A angústia do não viver contrasta o fundamental desejo de viver. Surge aqui o problema da "qualidade da vida". Mas qual vida? O lento e inexorável fluir da morte absurda? O dilema é entre o aniquilamento definitivo ou nova vida.

Mas se a morte é o verdadeiro aniquilamento do homem, a vida torna-se um absurdo definitivo e total. A falta de senso é absoluta e insanável. Por isso que, a esperança, depois da morte, é o tema ver-

dadeiramente significativo, que não pode fundamentar-se sobre nenhuma realidade mundana ou histórica, mas somente no transcendente. O homem não pode dispor em absoluto, mas pode se aproximar, se abandonar, invocar. Não há alternativa: ou esperar uma vida após a morte ou fechar-se neste mundo sem esperança. Por isso, a esperança depois da morte representa não só o referimento significativo, mas a mesma estrutura constitutiva do homem. Ela deve se fundar e uma realidade autêntica, transcendente e absoluta, da qual nenhum dispõe e que a linguagem humana e religiosa chama de Deus ■





DIRETORIA DE SAÚDE
DA AERONÁUTICA



Foto de arquivo
do Maj Brig Jorge Marones de Gusmão
quando Coronel



DIRSA tem novo Diretor

Soraia Cardoso da Silva
Jornalista
soraia-c@ig.com.br

Em 2 de dezembro de 1941, foi criado, pelo Decreto-lei nº 3872, o Quadro de Saúde da Aeronáutica, com efetivo de 80 médicos – oriundos, principalmente, do Exército e Marinha – e a constituição da Divisão de Saúde da Diretoria de Pessoal. Em 1944 através do Decreto-lei nº 7147, a Divisão de Saúde da Diretoria de Pessoal passou à Diretoria de Saúde (DIRSA).

Esta Organização Militar tem o objetivo de contribuir para o êxito do Sistema de Saúde da Aeronáutica, visando sempre aprimorá-lo, buscando cada vez mais o bem-estar dos militares e seus familiares.

O Serviço de Saúde da Força Aérea Brasileira visa proporcionar aos seus usuários, militares (ativos e inativos) e aos seus dependentes, uma assistência médico-hospitalar eficaz, sem esquecer o lado humano, tendo a preocupação de primar por uma excelência na qualidade do atendimento e a DIRSA, atenta e sensível às necessidades da Família Aeronáutica, tem zelado pelo cumprimento desta missão.

Tal responsabilidade vem sendo depositada nas mãos de oficiais-generais de alto conhecimento técnico da medicina e vasta experiência profissional em administração, como é o caso do Major Brigadeiro Jorge Marones de Gusmão, sucessor do Major Brigadeiro José Antônio Monteiro.

O novo Diretor de Saúde é Mestre em Cardiologia, Membro Titular da Sociedade Brasileira de Cardiologia e da Academia Brasileira de Medicina Militar, possui cursos em MBA de Gestão em Saúde e em Gestão e Planejamento Estratégico, foi Diretor da Casa Gerontológica da Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes, Subdiretor Técnico Interino da Diretoria de Saúde, Diretor do Hospital de Força Aérea do Galeão e do Hospital Central da Aeronáutica, ambos de 4º escalão, equipados com tecnologia de ponta e responsáveis por procedimentos de alto grau de complexidade.

A Diretoria de Saúde, que se encontra sediada no prédio do Comando da Aeronáutica, na cidade do Rio de Janeiro, está subordinada ao Comandante do Comando Geral de Pessoal ■



Financiamento Imobiliário **POUPEX**



Sua casa própria em 1º lugar

As melhores condições para aquisição de imóvel residencial ou comercial, novo ou usado, construção de imóvel residencial e para aquisição de terreno e de material de construção.

Mais informações: 0800 61 3040 • casapropriapoupex.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 2253.8395 e 2253.0102 - Fax (21) 2253.0860

POUPEX Associação
de Poupança
e Empréstimo

poupex.com.br



Para Amil,
não existe nada mais emocionante
do que cuidar de você.

Amil Resgate Saúde: completo sistema de transporte inter-hospitalar.*

UCP: modernos centros de prevenção e tratamento das patologias posturais.

Total Care: avançada estrutura para clientes que precisam de cuidados especiais.**



*Aditivo opcional. **Contra a cobertura do seu plano no orientador e verifique as especialidades disponíveis nas unidades da sua cidade.



amil.com.br **Amil**